

**A Parceria para a Regeneração Urbana “Margens do Ave”
do concelho de Santo Tirso:
Um estudo de caso**

Ana Moreira Aresta

**Trabalho de Projeto de
Mestrado em Práticas Culturais para Municípios**

Abril, 2013

Trabalho de Projeto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Práticas Culturais para Municípios realizado sob a orientação científica do Professor Doutor António Camões Gouveia e do Professor Carlos Vargas.

Declaro que este trabalho de projeto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Lisboa, ____ de Abril de 2013.

Declaro que este trabalho de projeto se encontra em condições de ser apresentado a provas públicas.

Os orientadores,

(Professor Doutor António Camões Gouveia)

(Professor Carlos Vargas)

Lisboa, ____ de Abril de 2013.

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial à minha mãe, ao meu pai e ao meu irmão.

Aos meus professores.

Ao Professor Doutor António Camões Gouveia e ao Professor Carlos Vargas pela constante e incansável presença.

Ao presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Eng. Castro Fernandes, e ao presidente da Junta de Freguesia de Santo Tirso, Dr. José Pedro Miranda. À Arq. Conceição Melo, ao Eng. João Paulo Correia e à Dra. Margarida Azevedo.

Por último, às pessoas que de diversos modos foram acompanhando este trabalho: Ana Magalhães, Cátia Barbosa, Cátia Sousa, Isabel Melo, Joana Rocha, Maria Figueiredo, Marta Cavaco, Nuno Senra, Rebecca Moradalizadeh, Sónia Queiroga.

Obrigada.

A PARCERIA PARA A REGENERAÇÃO URBANA “MARGENS DO AVE” DO CONCELHO DE SANTO TIRSO: UM ESTUDO DE CASO

ANA MOREIRA ARESTA

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Santo Tirso; Cidade; Regeneração Urbana; Políticas públicas; Práticas Culturais; Poder Central; Poder Local

No ano de 2010 a Câmara Municipal de Santo Tirso anuncia a liderança de uma Parceria para a Regeneração Urbana, um dos quatro vetores de intervenção da Política de Cidades POLIS XXI lançada pelo XVII Governo Constitucional. Na presente investigação, pretendemos analisar esta parceria considerando as relações existentes entre práticas culturais municipais, políticas locais e políticas centrais.

SANTO TIRSO’S “MARGENS DO AVE” URBAN REGENERATION PARTNERSHIP: A STUDY CASE

ANA MOREIRA ARESTA

ABSTRACT

KEYWORDS: Santo Tirso; City; Urban Regeneration; Public Policies; Cultural Practices; Central Government; Local Government

In 2010 Santo Tirso's City Hall announced the leadership of an Urban Regeneration Partnership, one of the four intervention vectors of the Policy for the Cities POLIS XXI created by the XVII Constitutional Government. In this investigation we propose the analysis of this partnership taking in count the relationship between municipal cultural practices, local politics and central politics.

Índice

Introdução	4
1. Cidades para o século XXI: enquadramento teórico	6
1.1. Heranças do século XX.....	6
1.2. Três T's para a cidade	7
1.3. Cidades para o século XXI em Portugal	12
2. Paisagem cultural em análise: Santo Tirso	14
2.1. Contextos histórico, administrativo-político e sociodemográfico	14
2.2. Cartografia Cultural do Município	19
2.2.1. Política cultural e objetivos programáticos da CMST	19
2.2.2. Orgânica municipal	20
2.2.3. Recursos humanos	23
2.2.4. Recursos financeiros	23
2.2.5. Equipamentos Culturais	24
2.2.6. Oferta cultural	26
2.2.7. Património Cultural	27
2.2.8. Coletividades	28
3. Estudo de caso: a Parceria para a Regeneração Urbana “Margens do Ave”	29
3.1. Contextualização.....	29
3.2. Caraterização	30
3.3. Da política central e europeia	35
3.4. Da política local	38
3.4.1. Oportunidades	39
3.4.2. Representações	41
3.4.3. Práticas	43
Conclusões.....	46
Bibliografia.....	50

Anexos.....	55
Anexo 01 – Lista de siglas e acrónimos.....	55
Anexo 02 – Concelhos envolventes do concelho de Santo Tirso	56
Anexo 03 – Concelho de Santo Tirso: enquadramento	57
Anexo 04 – Distribuição dos equipamentos culturais na dependência da CMST	58
Anexo 05 – Património Classificado	59
Anexo 06 – Área abrangida pelo Plano de Urbanização das Margens do Ave	60
Anexo 07 – PUMA e PRU “Margens do Ave”: implantação	61
Anexo 08 – Reconversão do espaço fabril: novos usos	62
Anexo 09 – Política central e europeia: QREN e Política de Cidades POLIS XXI	63
Anexo 10 – CMST: Organigrama.....	64

– De agora em diante serei eu a descrever as cidades - disse o Kan. – Tu nas tuas viagens verificarás se existem.

Mas as cidades verificadas por Marco Polo eram sempre diferentes das pensadas pelo imperador.

– Contudo eu tinha construído na minha mente um modelo de cidade de que deveria deduzir-se todos os modelos de cidades possíveis – disse Kublai. – Contém tudo o que corresponde à norma. Como as cidades que existem se afastam em grau diverso da norma, basta-me prever as exceções à norma e calcular as combinações mais prováveis.

– Também pensei num modelo de cidade de que deduzo todas as outras – respondeu Marco. – É uma cidade feita só de exceções, impedimentos, contradições, incongruências, contrassensos. Se uma cidade assim é o que há de mais improvável, diminuindo o número dos elementos anormais aumentam as probabilidades de existir realmente a cidade. Portanto basta que eu subtraia exceções ao meu modelo, e proceda com que ordem proceder chegarei a encontrar-me perante uma das cidades que existem, embora sempre como exceção. Mas não posso fazer avançar a minha operação para além de um certo limite: obteria cidades demasiado verosímeis para serem verdadeiras.

Italo Calvino, *As cidades invisíveis*¹

¹ CALVINO 1999, 45.

Introdução

Nos últimos anos temos assistido à apresentação e concretização pelo poder local de inúmeros projetos de regeneração urbana, reabilitação patrimonial e de criação de espaços e equipamentos culturais ditos de "referência", quer por imposição do poder central, quer por uma crescente vontade municipal. Tal fenómeno tem lugar num número cada vez maior de concelhos no Norte do país, nomeadamente dentro da Área Metropolitana do Porto (AMP).

Observando o mapa da AMP,² o concelho de Santo Tirso forma o quarto vértice de um quadrado constituído por Guimarães, Braga e Famalicão, concelhos que têm vindo a apostar numa imagem de relação com a cultura, de apoio e desenvolvimento de projetos culturais, de criação e fidelização de públicos e de hábitos de fruição no domínio das práticas culturais. No ano de 2010 a Câmara Municipal de Santo Tirso anuncia a liderança de uma Parceria para a Regeneração Urbana (PRU), um dos quatro vetores de intervenção da Política de Cidades POLIS XXI lançada pelo XVII Governo Constitucional, cuja adoção por parte dos intervenientes permite acesso a financiamento assegurado pelos programas operacionais do QREN 2007-2013. A PRU é anunciada por este órgão de gestão municipal como um meio para atingir seis objetivos considerados prioritários: uma cidade mais próxima do rio; uma cidade mais amiga e acessível; um património mais vivo; uma cidade mais atrativa e competitiva; uma vida melhor e mais fácil para todos; uma cidade mais participada.³ Através da realização de diferentes obras públicas, o projeto, que conta com a participação de vários agentes locais, aposta na reabilitação e reutilização de parte do património cultural e natural existente junto às margens do rio Ave, comumente associado ao período de grande desenvolvimento local proporcionado pelo crescimento da indústria têxtil.

Enquanto política lançada pelo poder central e implementada pelo poder local em espaços e realidades muito característicos e díspares, a Política de Cidades POLIS XXI surge munida de intuítos e objetivos que rondam ideias associadas à cultura, ao urbanismo, à criatividade, à descentralização e à participação e cidadania que – dada a distância

² Ver Anexo 02.

³ CMST 2010.

considerável entre estas metas generalizadoras e os contextos nas quais são posteriormente enquadradas e aplicadas – tenderão a transformar-se e, eventualmente, pender para o domínio da retórica e das representações em detrimento de uma efetiva implementação nos territórios.

No presente Trabalho de Projeto, realizado para a conclusão da componente não letiva do mestrado em Práticas Culturais para Municípios, refletimos sobre esta problemática, tendo como objeto de estudo o caso particular da Parceria para a Regeneração Urbana em curso no município de Santo Tirso.

Esta investigação versa, portanto, sobre a temática das práticas culturais municipais no confronto dos incentivos e imposições das políticas centrais, estando o trabalho estruturado em três capítulos: no primeiro, realizamos um enquadramento teórico do tema fundamentado por bibliografia produzida nos contextos nacional e internacional e centrada nas teorias para as cidades, com especial enfoque nas cidades século XXI; o capítulo 2 contextualiza o objeto através da realização de uma cartografia cultural e da análise dos contextos histórico, administrativo-político e sociodemográfico do concelho; no último capítulo partimos para o objeto de estudo em concreto, analisando e refletindo sobre a Política de Cidades Polis XXI e o instrumento de política “Parcerias para a Regeneração Urbana” através da documentação oficial produzida e, no caso específico da PRU “Margens do Ave”, de documentação elaborada pela Câmara Municipal de Santo Tirso e da realização de entrevistas semi-diretivas.

Importa referir que, à data de entrega deste trabalho, algumas das obras candidatas a este financiamento já se encontram concluídas e foram já inauguradas, sendo que as restantes ainda se encontram em construção. Precisamente por ser um projeto por concluir e procurando evitar análises incompletas ou parciais, este trabalho centrar-se-á maioritariamente numa reflexão teórica e na elaboração de questões que poderão ser respondidas numa futura investigação mais prolongada e aprofundada, principalmente no que respeita a públicos, práticas, equipamentos e respetivos futuros e programações.

1. Cidades para o século XXI: enquadramento teórico

1.1. Heranças do século XX

As múltiplas transformações ocorridas no mundo ocidental ao longo de todo o século XX marcaram acentuadamente as relações dos indivíduos com as cidades. Em resposta, numa primeira fase, a um século XIX marcado pela industrialização e pelo liberalismo burguês⁴ e, mais tarde, procurando acompanhar a “impressionante aceleração da mobilidade e dos fluxos das pessoas, bens, capitais e símbolos”⁵ despoletada pelo fenómeno da globalização e por todas as manifestações a ela associadas, os urbanistas do novecentos teorizaram e reteorizaram o conceito de cidade e de vida urbana em busca constante de uma “cidade do presente”⁶ e de novas possibilidades de viver o e no território. Com maior ou menor grau de efetivação no espaço urbano, estas reflexões foram influenciando as cidades herdadas pelos cidadãos deste primeiro quartel do século XXI, agora alvo de novas teorizações por parte de técnicos e políticos.

Se na primeira metade do século XX se critica de forma exigente a cidade herdada do século XIX, as soluções encontradas - consagradas, entre outros, na Carta de Atenas de 1933⁷ - revelam um pensamento bastante otimista, residindo nelas uma elevada crença no valor trazido pela tecnologia e uma considerável esperança no advento da grande cidade e da vida urbana. A urgência residia na resolução de problemas concretos relacionados com a sobrepopulação, a habitação, salubridade, higiene, condições de trabalho e circulação. Já a segunda metade, pelo contrário, traz com ela “prognósticos pessimistas sobre o futuro das cidades”.⁸ O rescaldo da 2ª Guerra Mundial, o grande aumento e desenvolvimento das telecomunicações, das tecnologias de informação, das vias de comunicação, a expansão e internacionalização dos mercados e das lógicas de mercado, aliada ao aparecimento das

⁴ GOITIA 1982, 170.

⁵ SILVA; FORTUNA 2001, 443. In SANTOS 2001.

⁶ GOITIA *Op. Cit.*, 175.

⁷ Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, 1933.

⁸ Conselho Europeu de Urbanistas 2003, [5].

indústrias culturais que, seguindo e respeitando as lógicas económicas como forma de continuidade e sobrevivência a longo prazo, foram sendo frequentemente associadas à homogeneização, à estereotipagem e ao consumo massificado, contribuíram para a ideia de que as cidades estariam condenadas a "baixas de produtividade, abandono e implosão das zonas urbanas centrais, criminalidade desenfreada, aumento das taxas de poluição e de degradação ambiental para níveis dramáticos, assim como perda de identidade".⁹ Sendo que nem todos estes prenúncios se concretizaram, o certo é que se assistiu, de facto, ao desenvolvimento de uma "lógica cultural contemporânea que acentua, por um lado, a satisfação pessoal imediata, o individualismo e o reino da privacidade/domesticidade e, por outro lado, da cultura do movimento e da velocidade dos contactos sociais que (...) organiza a cidade de acordo com o princípio geral de que os sujeitos se encontram em contínuo trânsito entre lugares",¹⁰ e que foi provocando uma efetiva crise e retração do espaço público e uma repentina inevitabilidade por parte das cidades de atrair e fixar população.

Vindas de um final de século no qual se quebraram barreiras físicas e ideias tradicionais de vivência, de comunidade e de sociedade, mas onde subsiste a necessidade de desenvolvimento cultural e socioeconómico, do que precisam, então, as cidades do século XXI?

1.2. Três T's para a cidade

No ano de 2003, o Conselho Europeu de Urbanistas (CEU) apresenta, numa Nova Carta de Atenas, a proposta de um modelo de "Cidade Coerente"¹¹ – social, económica e ambientalmente – para o futuro, baseada nos seguintes pressupostos:¹² respeito pelos "interesses da sociedade como um todo (...)" ; existência de novas abordagens de governação, "envolvendo todos os atores, e propondo resolver os problemas sociais, tais

⁹ *Ibidem.*

¹⁰ SILVA; FORTUNA *Op. Cit.*, 424.

¹¹ Conselho Europeu de Urbanistas *Op. Cit.*, [5].

¹² *Ibidem.*

como o desemprego, a pobreza, a exclusão, a criminalidade e a violência”; uma “maior diversidade de oportunidades, de escolhas económicas e de emprego para todos os que nela habitam e trabalham” e de “um melhor acesso à educação, à saúde e ao maior número de equipamentos possível”; aposta em cidades “mais multiculturais, bem como multilinguísticas (...), num equilíbrio delicado e adaptativo”; consideração das necessidades da vida social de todas as gerações; o desenvolvimento de uma “própria alquimia social e cultural”; “variedade de escolhas de modos de transporte, assim como de redes de informação ativas e acessíveis”; pertença a “redes económicas (...)”; “eficácia e produtividade”; capitalização das “vantagens competitivas (...), atributos culturais e naturais, gerindo os valores herdados da História, promovendo a sua singularidade e diversidade”; “um quadro de vida agradável, são e seguro”; necessidade de ligação em rede a outras cidades; utilização de “forma sensata” dos recursos disponíveis; proteção contra os “excessos de poluição e de degradação”; utilização de “novas formas de energia, obtidas a partir de recursos não poluentes e renováveis”.

A Nova Carta de Atenas estabelece, então, um conjunto de linhas orientadoras de planeamento e ação urbanística, constituindo-se como um plano de intenções para a cidade que tende a aproximar-se, à semelhança das mais recentes políticas e teorias urbanas, de um modelo que tem como elemento essencial de desenvolvimento¹³ a Cultura entendida no seu sentido mais lato: não só como manifestação “confinada às artes e aos bens artísticos, depositários de cargas simbólicas e estéticas dominantes”,¹⁴ mas também e cada vez mais como um conceito que “engloba diversas formas de expressão, comunicação e organização no seio de uma qualquer comunidade e na relação desta com outras comunidades”,¹⁵ agregando as “dimensões de natureza económica, espacial, social e política”¹⁶ do quotidiano dos indivíduos.

Interessa-nos, num domínio mais pragmático dentro desta linha de pensamento, analisar uma das teorias que se aproxima deste conceito alargado de cultura enquanto

¹³ BABO 2010, 143.

¹⁴ *Ibidem.*

¹⁵ *Ibidem.*

¹⁶ *Ibidem.*

elemento central de desenvolvimento: a teoria do “Capital Criativo”¹⁷ introduzida por Richard Florida, especialista norte-americano em planeamento e desenvolvimento económico. Centrando-se na ideia de que as cidades foram, desde sempre, “veículos de mobilização, concentração e canalização de energia criativa”,¹⁸ potenciando a “transformação dessa energia em inovações técnicas e artísticas, novas formas de comércio e novas indústrias e no desenvolvimento de novos paradigmas de comunidade e civilização”,¹⁹ Florida defende que a criatividade se tornou na “principal força motora para o crescimento e desenvolvimento das cidades, regiões e nações”²⁰ e que será através dela que as cidades e os seus cidadãos resistirão às constantes transformações culturais, sociais e económicas que vão atravessando o seu quotidiano.

O elemento essencial da criatividade reside na Classe Criativa:²¹ cientistas, engenheiros, arquitetos, professores universitários, escritores, artistas, atores, designers, *opinion-makers*, figuras ligadas à cultura, investigadores, analistas, profissionais ligados ao setor da alta-tecnologia, serviços financeiros, saúde, direito, gestão de negócios. Enfim, em geral, indivíduos que têm como ocupação profissões ligadas à resolução de problemas e ao trabalho com níveis complexos de conhecimento e que, tendo em conta as transformações ocorridas no mundo ocidental durante a segunda metade do século XX agregadas ao fenómeno da globalização, se têm vindo a constituir como classe crescente e dominante no mercado de trabalho e no espaço das interações contemporâneas e, consequentemente, como os novos geradores de riqueza e potenciadores de desenvolvimento cultural e socioeconómico. Caberá às atuais cidades e aos seus mecanismos de gestão a capacidade de a atrair e fixar, tendo em conta a seguinte particularidade: “Creative people are not moving to these places for traditional reasons. The physical attractions that most cities focus on building - sports stadiums, freeways, urban malls, and tourism-and-entertainment districts that resemble theme parks - are irrelevant, insufficient, or actually unattractive to many Creative Class people. What they look for in communities are abundant high-quality

¹⁷ FLORIDA 2005.

¹⁸ *Op. Cit.*, 1.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ FLORIDA *Op. Cit.*,34.

experiences, an openness to diversity of all kinds, and above all else the opportunity to validate their identities as creative people”.²²

Estudando várias cidades americanas e respectivos níveis de atratividade, desenvolvimento económico e fixação da classe criativa, Florida concluiu que a cidade ideal é aquela que engloba em si 3 T's: Tecnologia, Talento e Tolerância - cada um deles indispensável, e insuficiente quando não acompanhado pelos outros.²³ entendendo-a enquanto "inovação" e enquanto setor de desenvolvimento *per se*²⁴, a *Tecnologia* e os centros tecnológicos associados às diversas áreas do desenvolvimento constituem-se como meios geradores de oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, como elemento de atração populacional; a concentração do capital humano que daí deriva potenciará o *Talento* individual e coletivo dos cidadãos, promovendo o espírito de iniciativa e a competitividade dentro da cidade, entre cidades e entre regiões. Se a tecnologia e o talento atraem população e estimulam a competição intra e intercitadina, só uma cidade com um elevado nível de *Tolerância*, isto é, com abertura e capacidade de inclusão e aceitação da diversidade²⁵ conseguirá fixar este tipo de cidadãos geradores de dinâmica e riqueza cultural e socioeconómica: “these are the kind of places that, by allowing people to be themselves and to validate their distinct identities, mobilize and attract the creative energy that bubbles up naturally from all the walks of life”.²⁶

Dado a maioria das cidades do mundo ocidental ser herdada do passado e modelada pela história,²⁷ Richard Florida propõe a sua regeneração²⁸ em prol da criatividade: políticos e urbanistas deverão trabalhar com a cidade existente, aproveitando os seus recursos humanos, arquitetónicos, culturais e naturais e transformando-os em pontos de confluência criativa.

²² *Op. Cit.*, 35-36.

²³ *Op. Cit.*, 37.

²⁴ *Ibidem.*

²⁵ *Ibidem.*

²⁶ *Op. Cit.*, 37.

²⁷ Conselho Europeu de Urbanistas *Op. Cit.*, [1].

²⁸ FLORIDA *Op. Cit.*, 165-168.

Numa perspetiva mais europeia, o investigador Maurizio Carta²⁹ atribui 3 C's para a competitividade das cidades: Cultura, Comunicação e Cooperação.³⁰ A Cultura, considerada pelo autor como o mais importante factor em termos de criatividade urbana,³¹ constitui-se como a identidade da cidade, a diversidade como produto da história. A Cultura é, então, um recurso³² para uma cidade criativa. Visto como uma ferramenta para a criatividade, a Comunicação constitui-se, por sua vez, como um meio de informação, divulgação de informação e envolvimento dos cidadãos em tempo real.³³ Já a Cooperação redefine, segundo o autor, o conceito de comunidade urbana: “the challenge faced by Creative cities lies instead in the explicit acceptance of diversity, through cooperation between all city residents, between city centers and suburbs and all its diverse component parts”. Mais do que os 3 T's de Florida, os 3 C's de Carta apelam à participação para o desenvolvimento das cidades. O envolvimento dos agentes locais e de *stakeholders* torna-se elemento indispensável no desenvolvimento das cidades do século XXI: “a ideia central de que o processo global de tomada de decisão política tende e deve evoluir, progressivamente, para um conceito de *governance*”.³⁴

Não podemos deixar de assinalar a Agenda 21 da Cultura enquanto documento de referência para as políticas culturais. Aprovado em Barcelona no ano de 2004, este documento procura “estabelecer as bases de um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural”,³⁵ definindo-se como “um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural”³⁶ e apontando vários princípios, compromissos e recomendações envolvendo governos, instituições e demais agentes. São, no entanto, relativamente poucas as cidades e governos locais portugueses que afirmam usar a Agenda 21 da Cultura nas suas políticas urbanas.³⁷

²⁹ CARTA 2007.

³⁰ CARTA *Op. Cit.*, 12.

³¹ *Ibidem.*

³² CARTA *Op. Cit.*, 13.

³³ *Ibidem.*

³⁴ BABO 2010, 72.

³⁵ CULTURE 21 2004, [4].

³⁶ *Op. Cit.*, [4].

³⁷ CULTURE 21, 2012.

1.3. Cidades para o século XXI em Portugal

A teoria de Florida desenvolve-se tendo por base o modelo económico norte-americano, centrado nas grandes corporações e em princípios de gestão bastante díspares daqueles aplicados na realidade europeia, nomeadamente em Portugal, onde a intervenção do Estado tende a sobrepor-se grandemente à iniciativa privada, numa tendência que tem sido justificada, por um lado, pelo princípio de que esta intervenção poderá produzir melhores resultados do que aqueles resultantes “da livre iniciativa dos mercados e dos particulares”,³⁸ mas também porque “o próprio estado precisa de explicitar a racionalidade das intervenções dos seus múltiplos centros de decisão”.³⁹

Em cerca de 26 anos de integração na União Europeia, o nosso país beneficiou de um grande número de fundos de financiamento que, no caso da Cultura, foram sendo aplicados na criação e recuperação de equipamentos, na valorização do património histórico e cultural, no apoio à criatividade, na promoção da diversidade cultural, na melhoria do ambiente e da qualidade de vida nas cidades. Sendo que o objetivo da UE será, hipoteticamente, o de combater disparidades e promover a coesão social e cultural entre os vários Estados, Portugal vê-se, como membro desta comunidade, comprometido neste esforço. Acresce a esta tendência o facto de, a partir dos anos 90, se ter verificado um aumento considerável da ação da administração local no setor da cultura⁴⁰ que, pelo facto de “as competências legais das autarquias locais nesta área [estarem] definidas de forma muito genérica”,⁴¹ se foi prendendo essencialmente com a capacidade de iniciativa e de visão política de cada município, numa ação de “voluntarismo dos municípios ao descobrirem na cultura um setor estratégico de desenvolvimento e de projeção de uma imagem positiva do território”.⁴² Tende a verificar-se, nos últimos anos, “sinais claros de uma visão plural da cultura e a consciência da necessidade e do potencial que as políticas culturais e de promoção de atividades artísticas podem representar para o desenvolvimento

³⁸ PORTAS [et al.] 2010, 195.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ SILVA 2007, 22.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² LOPES 2003, 3.

local”,⁴³ em sentido evolutivo de uma intervenção municipal apenas centrada na valorização patrimonial.

Será, numa primeira fase, o meio académico a produzir considerações acerca do futuro das cidades portuguesas. No ano de 2000, João Teixeira Lopes⁴⁴ apresenta uma série de reflexões sobre políticas culturais em cidades de pequena dimensão,⁴⁵ sublinhando a importância do *marketing territorial* - conceito já abordado por João Ferrão, Eduardo Brito Henriques e António Oliveira das Neves durante a década de 90⁴⁶ - e da estruturação dos campos culturais por parte das pequenas cidades de modo a poderem “constituir pequenos meios inovadores altamente atrativos para segmentos, ainda que relativamente restritos, do mundo da cultura”.⁴⁷ Lopes alerta para a importância das políticas culturais municipais e da adoção de estratégias que potenciem a “legibilidade” e “imaginabilidade” da cidade,⁴⁸ criticando a visão estreita da cultura ainda existente e defende a criação de mecanismos de atração de segmentos qualificados da população ativa, a criação de emprego no setor cultural e o incremento do turismo cultural.⁴⁹

Destaca-se, a partir da década de 90, o aparecimento de um conjunto de empresas e coletividades dedicadas à consultoria e gestão cultural cuja conceção de projetos se baseia na interligação entre cultura, desenvolvimento, urbanismo, ordenamento do território, criatividade e participação cívica. É o caso da Quaternaire Portugal (1990), da Parque Expo (1993) Setepés (1998) e, mais recentemente, a Addict (2008), dedicada ao desenvolvimento do empreendedorismo e do setor criativo no norte do país. Também a sociedade de consultores Mateus & Associados (1998) tem vindo a desenvolver vários estudos dentro desta temática, entre os quais se realça um relatório realizado para o antigo Ministério da Cultura acerca do setor cultural e criativo em Portugal.

⁴³ BABO *Op. Cit.*, 145.

⁴⁴ Sociólogo e professor na Universidade do Porto.

⁴⁵ LOPES 2000.

⁴⁶ FERRÃO; HENRIQUES; NEVES 1994.

⁴⁷ LOPES *Op. Cit.*, 82.

⁴⁸ *Op. Cit.*, 86.

⁴⁹ *Op. Cit.*, 87.

2. Paisagem cultural em análise: Santo Tirso

Para melhor entendermos o objeto de estudo deste trabalho, procederemos, neste capítulo, à contextualização político-geográfica e sociodemográfica⁵⁰ do concelho de Santo Tirso, acompanhada de uma descrição e análise da realidade cultural deste município.⁵¹

2.1. Contextos histórico, administrativo-político e sociodemográfico

Com uma área de cerca de 140 km², o concelho de Santo Tirso é composto atualmente por 24 freguesias.⁵² Próximo dos centros urbanos de Porto e Braga, insere-se no distrito do Porto e é delimitado a Norte pelos concelhos de Guimarães e Vila Nova de Famalicão, a Nordeste por Lousada e Vizela, a Este por Paços de Ferreira, a Sul por Valongo e a Oeste pelos concelhos da Trofa e da Maia.⁵³

Classificado como concelho desde 1834,⁵⁴ o município de Santo Tirso – cuja génese está intrinsecamente ligada à existência do Rio Ave⁵⁵ – foi-se desenvolvendo em torno do Mosteiro de S. Bento, cuja implantação no território remonta ao século X. Se até meados do século XIX a agricultura se constituiu como atividade económica dominante, com a inauguração, no ano de 1845, da Fábrica de Fiação do Rio Vizela – a “primeira unidade industrial moderna implantada na Bacia do Ave”⁵⁶ –, inicia-se um impulso industrial⁵⁷ que

⁵⁰ Dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística e pela PORDATA - Base de Dados Portugal Contemporâneo.

⁵¹ Tomámos como referência a Cartografia Cultural do Concelho de Cascais realizada pelo Observatório das Atividades Culturais no ano de 2005 (SANTOS, 2005).

⁵² Ver Anexo 03.

⁵³ Ver Anexo 02.

⁵⁴ PIMENTEL 1902.

⁵⁵ Nasce na Serra da Cabreira e desagua em Vila do Conde.

⁵⁶ FARO 2002, 45.

⁵⁷ Durante as décadas seguintes e até ao final do século XIX, este tipo de indústria vai surgindo nos restantes concelhos do Vale do Ave.

acabou por se converter num “processo de industrialização muito próprio e de características bem vincadas que marcariam de forma profunda e indelével toda a região.”⁵⁸

Sede de concelho, a freguesia de Santo Tirso é considerada como o principal núcleo urbano. Integram o perímetro urbano da cidade de Santo Tirso as freguesias vizinhas: Palmeira, Areias, Lama, Sequeirô, São Miguel do Couto, Santa Cristina do Couto e Burgães. Desde a instituição do poder local democrático⁵⁹, o Partido Socialista tem sido a força político-partidária dominante: o município tem sido gerido desde 1976 por executivos camarários socialistas, à exceção do mandato 1979-1982, no qual foi gerido pela Aliança Democrática, coligação entre o PPD/PSD, CDS e PPM. De 1982 até à atualidade, este município teve apenas dois presidentes de câmara: Joaquim Barbosa Ferreira Couto e António Alberto Castro Fernandes, ambos eleitos pelo PS.

[Quadro n.º 1] **Presidentes da Câmara Municipal de Santo Tirso por período e força política dominante**⁶⁰

Ano	Força política dominante	Presidente da Câmara
1976-1979	PS	Azul Dinis Linhares Carneiro
1979-1982	AD	Armando Palhares Magalhães
1982-1985	PS	Joaquim Barbosa Ferreira Couto
1985-1989	PS	Joaquim Barbosa Ferreira Couto
1989-1993	PS	Joaquim Barbosa Ferreira Couto
1993-1997	PS	Joaquim Barbosa Ferreira Couto
1997-2001	PS	Joaquim Barbosa Ferreira Couto
2001-2005	PS	António Alberto Castro Fernandes
2005-2009	PS	António Alberto Castro Fernandes
2009-2013	PS	António Alberto Castro Fernandes

Fonte: CNE

Autoria: Ana Aresta, 2013

Santo Tirso pertence à Área Metropolitana do Porto desde 2005, integrando-se na NUT III do Grande Porto. Segundo dados provisórios dos Censos 2011,⁶¹ residem 71530 habitantes no concelho, divididos em dois sistemas essenciais de povoamento:⁶² o do Vale

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ SANTOS 2005, 75.

⁶⁰ Para efeitos deste trabalho, entendemos por força política dominante o partido com maior percentagem de votos em cada eleição autárquica.

⁶¹ INE 2011.

⁶² *Povoamento*. [Em linha]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.cm-stirso.pt/pages/108>>. [Consult.25Set.2012]

do Ave (em torno do Rio Ave), no qual habita cerca de “75% da população concelhia, com o povoamento a ser estruturado pelas principais vias de comunicação”;⁶³ o do Vale do Leça, estruturado pelo Rio Leça e pela EN 105, que “apresenta um povoamento disperso, pouco denso e com características claramente rurais”.⁶⁴

Entre 2001 e 2011 verificou-se uma variação negativa da população residente, contrariando a média do país e o crescimento positivo que se tinha verificado no último recenseamento geral da população, que fazia notar um crescimento de 3,8% entre 1991 e 2001.⁶⁵ O índice de envelhecimento aproxima-se da média nacional e, tal como na generalidade do país, tem-se verificado no concelho um duplo envelhecimento demográfico: um aumento do peso relativo das faixas etárias com 30 ou mais anos e uma diminuição do peso relativo dos indivíduos com idade inferior a 30 anos.⁶⁶

[Quadro n.º 2] Indicadores sociodemográficos do concelho de Santo Tirso e Portugal

Indicador	Santo Tirso	Portugal
Área total (data)	135,31 km ²	92 090 km ²
População residente (2011)	71530	10562178
Variação da população residente entre 2001 e 2011	-1,20%	1,99%
Densidade populacional (2011)	528, 5 hab/km2	114,5 hab/Km2
População masculina residente (2011)	34334	5047387
População feminina residente (2011)	37196	5514227
Taxa de atividade (2011)	50,3%	47,56%
Taxa de desemprego (2011)	17,37%	13,18%
Índice de envelhecimento (2011)	124,8%	127,8%

Fonte: INE, PORDATA
 Autoria: Ana Aresta, 2013

Em relação aos 16 municípios pertencentes à Área Metropolitana do Porto (AMP), cuja comparação de dados demonstra uma acentuada disparidade, Santo Tirso é, dentro dos 7 municípios com uma taxa de variação populacional negativa, o segundo concelho a apresentar um crescimento negativo menos acentuado:

⁶³ *Op. Cit.*

⁶⁴ *Op. Cit.*

⁶⁵ CMST 2004, 54.

⁶⁶ *Op. Cit.*

[Quadro n.º 3] **População, taxa de variação e densidade populacional da AMP por concelho**

Concelho	Pop. 2001 (Hab.)	Pop. 2011 (Hab.)	Área (Km2)	Tx. Variação Populacional (2001-2011)	Densidade Populacional (2011) Hab/Km2
Arouca	24 227	22359	327,99	-7,71%	68,17
Espinho	33 701	31786	21,11	-5,68%	1505,73
Gondomar	164 096	168027	133,26	2,40%	1260,90
Maia	120 111	135306	83,14	12,65%	1627,45
Matosinhos	167 026	175478	62,3	5,06%	2816,66
Oliveira de Azeméis	70 721	68611	163,41	-2,98%	419,87
Porto	263 131	237584	41,66	-9,71%	5702,93
Póvoa de Varzim	63 470	63408	82,1	-0,10%	772,33
Santa Maria da Feira	135 964	139312	213,45	2,46%	652,67
Santo Tirso	72 396	71530	135,31	-1,20%	528,64
São João da Madeira	21 102	21713	8,11	2,90%	2677,31
Trofa	37 581	38999	71,88	3,77%	542,56
Vale de Cambra	24 798	22864	146,21	-7,80%	156,38
Valongo	86 005	93858	75,13	9,13%	1249,27
Vila do Conde	74 391	79533	149,31	6,91%	532,67
Vila Nova de Gaia	288 749	302296	168,7	4,69%	1791,91

Fonte: INE, Censos 2011

Autoria: Ana Aresta, 2013

Já no que se refere aos municípios que fazem fronteira com Santo Tirso, apenas Guimarães apresenta uma taxa de variação populacional negativa, contrariando um aumento razoável de população nos restantes concelhos:

[Quadro n.º 4] **População, taxa de variação e densidade populacional dos concelhos limítrofes de Santo Tirso**

Concelho	Pop. 2001 (Hab.)	Pop. 2011 (Hab.)	Área (Km2)	Tx. Variação Populacional (2001-2011)	Densidade Populacional (2011) Hab/Km2
Guimarães	159 576	158124	241,05	-0,91%	655,98
Lousada	44 712	47387	95,98	5,98%	493,72
Maia	120 111	135306	83,14	12,65%	1627,45
Paços de Ferreira	52 985	56340	70,99	6,33%	793,63
Santo Tirso	72 396	71530	135,31	-1,20%	528,64
Trofa	37 581	38999	71,88	3,77%	542,56
Valongo	86 005	93858	75,13	9,13%	1249,27
V. N. Famalicão	127 567	133832	201,85	4,91%	663,03
Vizela	22 595	23736	23,92	5,05%	992,31

Fonte: INE, Censos 2011

Autoria: Ana Aresta, 2013

Relativamente ao nível de ensino da população tirsense, o 1º ciclo do ensino básico é aquele que congrega a maior percentagem de população, com 36,32%. O ensino superior reúne 10,51% da população, valor abaixo da média nacional.

[Quadro n.º 5] População de Santo Tirso e Portugal por nível de ensino atingido

Nível de ensino	Santo Tirso (Hab.)	%	Portugal (Hab.)	%
Nenhum	5089	7,11%	2023094	8,47%
Pré-escolar	1482	2,07 %	261805	2,48%
1º Ciclo	25979	36,32%	3152778	29,85%
2º Ciclo	9604	13,43%	1098656	10,40%
3º Ciclo	11346	15,86%	1660964	15,73%
Secundário	9972	13,94%	1770324	16,76%
Pós-secundário	543	0,76%	92611	0,88%
Superior	7515	10,51%	1629900	15,43%

Fonte: INE, Censos 2011.

Autoria: Ana Aresta, 2013

No que respeita à atividade da população empregada, dados dos Censos 2011⁶⁷ indicam que, dos 35 784 indivíduos inseridos na população ativa, num total de 71530 habitantes, 244 estariam a trabalhar em atividades do setor primário, 14450 em atividades do setor secundário e 14875 em atividades do setor terciário.

A taxa de desemprego atingiu no ano de 2011 o valor de 17,37%, um dos valores mais elevados do país, ultrapassando a média nacional (13, 18 %)⁶⁸. Nos últimos anos, Santo Tirso tem-se apresentado, de facto, como um dos concelhos com maior taxa de desemprego, muito devido à crise do setor têxtil, que assolou a vida de muitos tirsenses a partir dos anos 90, tendo em conta que esta foi uma atividade que transformou, moldou e marcou a região do ponto de vista paisagístico, social, cultural e económico.

⁶⁷ INE, 2012.

⁶⁸ *Op. Cit.*

2.2. Cartografia Cultural do Município

Neste subcapítulo procuraremos descrever a realidade cultural do município de Santo Tirso tendo em conta a política cultural e os objetivos programáticos da Câmara Municipal de Santo Tirso, a relação da cultura dentro da orgânica municipal, os recursos humanos e financeiros da CMST para a cultura, os equipamentos culturais, a oferta cultural municipal, o património cultural local e a relação das coletividades existentes no concelho. Tivemos como principal referência metodológica a Cartografia Cultural do Concelho de Cascais elaborada pelo Observatório das Atividades Culturais no ano de 2005.⁶⁹

2.2.1. Política cultural e objetivos programáticos da CMST

Não existindo um documento regulador para as políticas culturais do concelho, procurámos recolher alguns princípios de orientação e ação da Câmara Municipal de Santo Tirso (CMST) para os tomarmos como referência para a análise que nos propomos realizar. Do sítio web da CMST podemos extrair alguns desses princípios:⁷⁰ “promover e desenvolver a atividade e fruição cultural no concelho de Santo Tirso”; “fomentar o desenvolvimento da atividade desenvolvida por outros agentes do concelho através do apoio às coletividades, associações, grupos artísticos e culturais, bem como a projetos de animação cultural”. A câmara afirma-se “ciente da importância de que se reveste a existência de uma ampla oferta de atividades como proposta de lazer criativo” e garante que “a sua ação tem-se pautado por assumir um papel fundamental na garantia da satisfação das necessidades culturais da população e na adoção de estratégias que funcionem como forma de compensar as deficiências que se verificam a este nível.” Segue proferindo que “a sustentabilidade das atividades culturais reside também na existência de espaços próprios que funcionem como suporte físico para a realização de projetos que de outra forma se tornariam inviáveis” e que “os equipamentos culturais construídos ou apoiados pela autarquia e o apoio financeiro à construção das sedes sociais dos ranchos folclóricos e

⁶⁹ SANTOS, 2005.

⁷⁰ *Cultura* [Em linha]. Disponível em WWW:<URL:http://www.cm-stirso.pt/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=20&Itemid=201>. [Consult.25Jan.2012]

associações funcionam como espaços de redistribuição das atividades culturais proporcionando a todos os munícipes a possibilidade de exercer o seu direito à cultura”. No site de um dos projetos da câmara,⁷¹ a mensagem do presidente reflete a intenção de “revolucionar o conceito de viver em Santo Tirso, uma cidade cada mais cultural, inclusiva, sustentável e promotora de hábitos saudáveis e de usufruição do espaço público.”

2.2.2. Orgânica municipal

O quadro que se segue esquematiza as áreas de gestão municipal atribuídas ao executivo eleito nas últimas eleições autárquicas (2009). Na Câmara Municipal de Santo Tirso existe um pelouro da Cultura e Relações Internacionais, atribuído a uma vereadora responsável por 5 outros pelouros: Ação Social e Saúde, Proteção Civil e Defesa da Floresta, Defesa do Consumidor, Contraordenações e Recursos Humanos. O pelouro do Turismo encontra-se separado do pelouro da Cultura e Relações Internacionais, estando a cargo de um outro vereador.

⁷¹ *Mensagem do Presidente* [Em linha]. Disponível em WWW:<URLhttp://www.inventaracidade.com/apresentacao/mensagem_do_presidente>. [Consult.20Jan.2012]

[Quadro n.º 6] Cargos e áreas de gestão municipal do executivo camarário

Cargo	Áreas de gestão municipal
Presidente da câmara municipal Eng.º Castro Fernandes	Desenvolvimento económico; Finanças; Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente; Habitação; Obras municipais.
Vereadora e Vice-presidente Eng.ª Ana Maria Ferreira	Finanças (em articulação com a Presidência); Educação; Ligação às Juntas de Freguesia e Assembleia Municipal; Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento; Obras particulares (em articulação com a Presidência)
Vereadora Eng.ª Júlia Godinho	Cultura e Relações Internacionais; Ação Social e Saúde; Proteção Civil e Defesa da Floresta; Defesa do Consumidor; Contraordenações; Recursos Humanos (nas matérias expressamente delegadas)
Vereador Dr. José Pedro Machado	Turismo; Serviços Urbanos; Mercados e Feiras; Espaços Verdes; Higiene e Limpeza; Cemitérios
Vereador Dr. José Carlos Ferreira	Desporto; Juventude

Fonte: CMST

No que respeita aos serviços técnicos, existe na CMST um Departamento de Cultura e Turismo, no qual se inserem a Divisão de Cultura, a Divisão de Património e Museus e a Divisão de Turismo.⁷² Dentro desta estrutura orgânica, formalizada numa deliberação publicada em 2010,⁷³ compete ao Departamento de Cultura e Turismo: “definir os objetivos de atuação da unidade orgânica, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos pelo executivo autárquico”; “definir as linhas gerais da programação dos equipamentos culturais afetos e assegurar o funcionamento e gestão dos mesmos; “promover ações de defesa, valorização, conservação e divulgação do património móvel e imóvel concelhio”; “desenvolver ações de defesa, valorização e divulgação das potencialidades turísticas concelhias, bem como promover e acompanhar as várias atividades ligadas aos serviços de animação”. À Divisão de Cultura compete: “assegurar o funcionamento e gestão da Biblioteca Municipal; prestar apoio especializado e recursos de informação às bibliotecas escolares através do Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares e da Rede Concelhia de Bibliotecas de Santo Tirso; apoiar e fomentar o associativismo; promover o intercâmbio com outros municípios, no âmbito de geminação; garantir a gestão do Arquivo Histórico

⁷² Ver Anexo 10.

⁷³ CMST, 2010a.

Municipal”.⁷⁴ À Divisão de Património e Museus compete “desenvolver ações de defesa, valorização, conservação e divulgação do património móvel e imóvel concelhio, designadamente através do estudo, musealização e proteção do património arqueológico, histórico, artístico, pré-industrial e industrial; apoiar e desenvolver ações que visem a valorização do património, da história e da memória concelhia”.⁷⁵ Já à Divisão do Turismo compete “desenvolver ações de defesa, valorização e divulgação das potencialidades turísticas do concelho e intervir, nos termos da lei, nos processos que se relacionem com aspetos turísticos; promover e acompanhar as várias atividades ligadas aos serviços de animação, tais como: feiras, concursos, festivais, entre outros”.⁷⁶

Julgamos importante referir a existência da Divisão de Desenvolvimento Económico que, dependendo diretamente da presidência, tem um papel transversal a vários departamentos (nomeadamente o da Cultura e Turismo), competindo-lhe “o acompanhamento e a participação na elaboração dos documentos de enquadramento e programação estratégica de referência para a aplicação de fundos nacionais e comunitários; a elaboração e acompanhamento das candidaturas municipais e intermunicipais à consignação de fundos nacionais e comunitários e a gestão integrada da sua execução física e financeira; a dinamização de parcerias com vista à concretização de projetos integrados que visem o desenvolvimento sustentável do concelho em particular as candidaturas a fundos nacionais e comunitários; a elaboração e acompanhamento de projetos de interesse municipal, públicos ou de interesse público, respetivos programas de execução e financiamento; a participação em programas de incentivo à fixação de empresas, e o acompanhamento, orientação e enquadramento de promotores e projetos de interesse para o município”.⁷⁷

⁷⁴ CMST, 2010b.

⁷⁵ *Op. Cit.*

⁷⁶ *Op. Cit.*

⁷⁷ *Op. Cit.*

2.2.3. Recursos humanos

De acordo com o mapa de pessoal da CMST (2009),⁷⁸ o Departamento de Cultura e Turismo é composto por um total de 37 funcionários, distribuídos pelo próprio departamento e pelas divisões dele dependentes: o Departamento de Cultura e Turismo conta com 2 técnicos superiores e 1 diretor de departamento; na Divisão de Cultura trabalham 15 funcionários: 1 chefe de divisão, 5 técnicos superiores, 4 assistentes técnicos, 2 assistentes operacionais; a Divisão de Património e Museus conta com 16 colaboradores: 1 chefe de divisão, 3 técnicos superiores, 3 assistentes técnicos e 9 assistentes operacionais; na Divisão do Turismo trabalham 6 funcionários: 1 chefe de divisão, 3 técnicos superiores, 1 coordenador técnico e 1 assistente técnico.

2.2.4. Recursos financeiros

Os dados disponibilizados pela PORDATA através do Instituto Nacional de Estatística revelam uma despesa de 1164,4 milhares de euros em Cultura por parte da Câmara Municipal de Santo Tirso. O quadro que se segue demonstra a grande diferença nos valores gastos pelos vários municípios pertencentes à Área Metropolitana do Porto, com Vila Nova de Gaia a apresentar o valor máximo e a Trofa o valor mínimo. Num total de 16 municípios, Santo Tirso encontra-se na 10^a posição, sendo que o maior montante está relacionado com despesas com património cultural, seguindo-se despesas relacionadas com publicações e literatura, música, património cultural, atividades socioculturais, recintos culturais e, por último, nas artes cénicas. Do total de despesas da CMST em Cultura, a maioria insere-se dentro das despesas correntes.⁷⁹

⁷⁸ CMST, 2009.

⁷⁹ Dados da PORDATA.

[Quadro n.º 8] **Despesas nas Câmaras Municipais em Cultura em 2011 (milhares de euros) - Área Metropolitana do Porto**

Concelho	Património cultural	Publicações e literatura	Música	Artes cénicas	Atividades sócio-culturais	Recintos culturais	Total
Arouca	114,6	223,5	120,6	0,5	153,5	138,2	750,9
Espinho	442	225,6	586,8	2,4	32,3	150	1439,1
Gondomar	0	98,4	109,7	66,1	725,2	89,4	1088,8
Maia	135,4	269,7	23,9	209,0	492,7	930,8	2061,5
Matosinhos	356,7	1450,5	561,85	610,5	552,3	54	3585,85
Oliveira de Azeméis	197,3	418,6	66,1	19,3	12,5	70,2	784
Porto	4327,1	2211,4	441,1	21,5	1519,9	489,8	9010,8
Póvoa de Varzim	481,8	628,5	140,6	40	269,7	38,7	1599,3
Santa Maria da Feira	272,7	7,7	53,5	1483,4	1109,2	25,8	2952,3
Santo Tirso	510,7	311,1	173,8	17,0	77,0	74,8	1164,4
São João da Madeira	314,4	191,5	143,6	2,7	167,6	532,6	1352,4
Trofa	7,7	27,5	50,6	0,0	0,0	0,0	85,8
Vale de Cambra	202,6	253,5	66,0	0	97,3	79,9	699,3
Valongo	0,0	10,0	12,0	80,6	42,1	25,8	170,5
Vila do Conde	483,7	158	125,9	68,7	336,8	473,2	1646,3
Vila Nova de Gaia	994,5	773,7	306,4	163,9	219,2	469,2	2926,9

Fonte: PORDATA

Autoria: Ana Aresta, 2013

2.2.5. Equipamentos Culturais

No que se refere aos equipamentos culturais existentes no concelho, apresentamos agora uma caracterização esquemática da realidade do município de Santo Tirso tendo em conta o tipo de equipamento, uma breve descrição do mesmo, a sua situação atual – já existente, em projeto ou fase de conclusão/com obras em curso –, e as suas valências.⁸⁰ Existente, com obras em curso ou em projeto, a CMST tem, no total, 10 equipamentos na sua dependência: a Biblioteca Municipal de Santo Tirso, o Arquivo Histórico Municipal, o Museu Municipal Abade Pedrosa, o Museu Internacional de Escultura Contemporânea, o Centro Cultural de Vila das Aves, o Centro Interpretativo do Monte Padrão, o Cineteatro de

⁸⁰ SANTOS, 2005. Na Cartografia Cultural do Concelho de Cascais são atribuídas as seguintes valências aos equipamentos: arquivo ou espaço de arquivo; teatro-auditério; biblioteca; espaço de exposição; espaço multimédia; espaço/sala polivalente; jardim, espaços verdes; centro de documentação; ateliês; outras valências.

Santo Tirso, o Centro Interpretativo da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso, a Nave Cultural, o iMOD - Incubadora de Moda e Design.⁸¹

[Quadro n.º 11] Equipamentos culturais na dependência da CMST

Equipamento	Descrição	Situação	Valências
Biblioteca Municipal de Santo Tirso	Tipologia BM3 da rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Integra a Rede Nacional de Leitura Pública desde 1992. O Arquivo Histórico Municipal funciona nas mesmas instalações.	Edifício inaugurado em 2000.	- Arquivo - Teatro-Auditório - Biblioteca - Espaço de Exposições - Espaço multimédia - Ateliês
Arquivo Histórico Municipal	Reúne documentação dos séculos XIX e XX relativa à história e memória do concelho.	Localiza-se dentro das instalações da Biblioteca Municipal de Santo Tirso	- Arquivo
Museu Municipal Abade Pedrosa	Expõe em permanência o acervo arqueológico relativo à história do concelho reunido pelo abade Joaquim Pedrosa no século XIX. Apresenta com regularidade exposições temporárias relacionadas com a história concelhia, com arte contemporânea, entre outros.	Inaugurado em 1989, ocupa parte do edifício do antigo Mosteiro de S. Bento. Aguarda obras de requalificação projetadas pelos arquitetos Siza Vieira e Souto Moura.	- Teatro-Auditório - Espaço de exposições
Museu Internacional de Escultura Contemporânea	Museu de escultura contemporânea ao ar livre resultante de simpósios de escultura que se têm vindo a realizar desde 1991.	As esculturas localizam-se em vários espaços públicos da cidade. Aguarda a construção de um Átrio/espço introdutório, projetado pelos arquitetos Siza Vieira e Souto Moura.	- Espaço de exposições - Espaço de receção ao visitante
Centro Cultural de Vila das Aves	Espaço polivalente destinado à promoção de atividades culturais localizado na freguesia de Vila das Aves.	Inaugurado em 2005.	- Teatro-Auditório - Biblioteca - Espaço/sala polivalente - Ateliês
Centro Interpretativo do Monte Padrão	Centro interpretativo do sítio arqueológico do Castro Monte Padrão, classificado como monumento nacional em 1910. Localizado na freguesia de Monte de Córdova.	Inaugurado em 2008.	- Espaço de exposições - Espaço/sala polivalente
Centro Interpretativo da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso	Centro interpretativo da indústria têxtil e da antiga Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso.	Obra em curso. Funcionará no espaço da antiga Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso.	- Espaço de exposições
Nave Cultural	Espaço polivalente destinado à realização de diversas atividades culturais.	Obra em curso. Funcionará no espaço da antiga Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso.	- Espaço/sala polivalente
iMOD – Incubadora de Moda e Design	Incubadora de Moda e Design para negócios e atividades associadas ao têxtil e ao setor da moda.	Obra em curso. Funcionará no espaço da antiga Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso.	- Ateliês - Espaço/sala polivalente
Cine-teatro de Santo Tirso	Equipamento destinado a espetáculos ligados à música e artes cénicas. Localiza-se no espaço correspondente ao antigo cine-teatro de Santo Tirso	Em projeto. A obra não avançou por problemas associados ao financiamento da mesma.	- Teatro-Auditório - Espaço de exposições

Fonte: CMST

⁸¹ O Centro Interpretativo da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso e a Nave Cultural estão inseridos na Parceria para a Regeneração Urbana “PRU - Margens do Ave”, objeto de estudo deste trabalho. O iMOD - Incubadora de Moda e Design – insere-se numa outra candidatura.

No total dos equipamentos acima descritos, apenas dois estão situados fora dos limites da sede do município, o que demonstra uma grande assimetria na sua distribuição pelo concelho.⁸² Os edifícios relativamente polivalentes das Juntas de Freguesia colmatarão, eventualmente, algumas falhas nesta distribuição assimétrica.

A par destes, existem mais 3 equipamentos de relevância que não estão sob a alçada da Câmara Municipal, mas nos quais decorrem, por vezes, atividades organizadas ou apoiadas pela CMST: o Auditório Eurico de Melo, pertencente à Misericórdia de Santo Tirso; o Auditório Padre António Vieira, pertencente ao Instituto Nun'Alvres; a Casa da Galeria, galeria/centro de arte contemporânea inaugurado em 2010, pertencente à Associação Cultural Casa da Galeria.

2.2.6. Oferta cultural

Para além da programação mensal associada aos vários equipamentos culturais existentes no concelho, a CMST programa algumas ações com continuidade, a maioria das quais com uma periodicidade anual, elencadas no quadro que se segue:

⁸² Ver Anexo 04.

[Quadro n.º 12] **Oferta Cultural – Ações plurianuais da CMST**

Oferta Cultural	Descrição	Periodicidade
Festival de Internacional de Guitarra de Santo Tirso	Festival de guitarra existente desde 1994, que teve em 2011 a sua XVIII edição. Dentro da sua programação incluem-se concertos, workshops e exposições tendo como tema central a guitarra e outros instrumentos de corda.	Anual
Ciclo de Jazz de Santo Tirso	A primeira edição teve início em 2008. Realiza-se no Centro Cultural de Vila das Aves.	Anual
Ciclo de Música Moderna	Ciclo de música portuguesa onde atuam artistas da atualidade. Teve a sua primeira edição no ano de 2010. Realiza-se no Centro Cultural de Vila das Aves.	Anual
Seis cordas / Seis momentos	Seis concertos realizados em parceria com a associação Legato – Associação de Arte e Música Portuguesa, que também têm como elemento central a música para guitarra.	Anual
A poesia está na rua	Festival de poesia. Teve a sua primeira edição em 2004.	Anual
Temporada de Música de Santo Tirso	Concertos de música clássica realizados em parceria com o Centro de Cultura Musical/ARTAVE. Teve a sua primeira edição em 2000.	
Cortejo etnográfico	Cortejo em que participam diversos grupos e associações existentes no concelho.	4 em 4 anos
Festival de folclore concelhio	Mostra em que participam os diversos grupos folclóricos e etnográficos tirsenses. Teve a sua primeira edição em 1987.	Anual
Jornadas Culturais de Vila das Aves	Conjunto de colóquios e conferências realizadas na freguesia de Vila das Aves desde 1987.	Anual
Seminário “História e Memória Local”	Seminário sobre história e memória local organizado em parceria com a Universidade do Minho e a Universidade Católica Portuguesa.	Anual

Fonte: CMST

São ainda realizadas ações de intercâmbio cultural com as 8 cidades geminadas com Santo Tirso: Gross-Umstadt (Alemanha), Clichy La Garenne (França), Mâcon (França), Celanova (Espanha), Alcazar de S. Juan (Espanha), Cantagalo (S. Tomé e Príncipe), Nova Friburgo (Brasil) e Saint- Péray (França).

No ano de 2007 o município de Santo Tirso tornou-se fundador da Fundação de Serralves,⁸³ decisão que tem permitido a realização de parcerias em vários domínios, nomeadamente dentro do domínio cultural.

2.2.7. Património Cultural

Santo Tirso herdou um considerável leque de bens culturais de interesse. O concelho tem 12 imóveis classificados nas seguintes categorias:

⁸³ *Fundadores* [Em linha]. Disponível em WWW:<URLhttp:// http://www.serralves.pt/pt/fundacao/fundadores-mecenas-e-apoios/fundadores/> [Consult.19 Abr.2013].

- Monumento Nacional: Castro Monte Padrão, Citânia de Roriz, Mosteiro de Santo Tirso/Mosteiro de São Bento e Mosteiro de São Pedro de Roriz;

- Imóvel de Interesse Público: Casa do Mosteiro, Casa e Quinta de Dinis de Baixo, Casa e Quinta de Dinis de Cima, Castro de Santa Margarida, Edifício da Serra Hidráulica de Pereiras, Igreja de São Tomé de Negrelos e Loggia Quinhentista, Igreja de Santa Maria de Negrelos, Mosteiro de Vilarinho.⁸⁴

Para além do património arqueológico e religioso, são vários os exemplos de património industrial existentes no município, dado o grande desenvolvimento da indústria têxtil na região. Três destes imóveis encontram-se atualmente inseridos na Rota do Património Industrial do Vale do Ave: a antiga Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso, a antiga Fábrica de Fiação e Tecidos Rio Vizela e a Fábrica ArcoTêxteis, ainda em funcionamento.⁸⁵

2.2.8. Coletividades

Existem no concelho de Santo Tirso 12 associações culturais e recreativas, 15 ranchos e grupos folclóricos, 16 agrupamentos de escuteiros⁸⁶ e alguns grupos de teatro amador.⁸⁷ Destacamos ainda a existência no município da ARTAVE – Escola Profissional Artística do Vale do Ave, associada ao Ensino Profissional Artístico na área da música e do Centro de Cultura Musical – Conservatório Regional de Música, que contribui para a formação de músicos e jovens músicos, abrangendo principalmente a região do Médio Ave.

⁸⁴ Ver Anexo 03.

⁸⁵ *Concelhos na rota: Santo Tirso* [Em linha]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.rotanoave.com/santo-tirso.aspx>>. [Consult.01Out.2012].

⁸⁶ *Associativismo*. [Em linha]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.cm-stirso.pt/pages/367>>. [Consult.01Out.2012].

⁸⁷ Ver Anexo 04.

3. Estudo de caso: a Parceria para a Regeneração Urbana “Margens do Ave”

3.1. Contextualização

O rio Ave – que atravessa 7 das 24 freguesias do município – está associado à formação do concelho de Santo Tirso, constituindo-se também como elemento indissociável do desenvolvimento da atividade industrial na região. A paisagem contígua à linha de água foi congregando, assim, um conjunto diversificado e desordenado de marcas de ocupação territorial – habitação, zonas agrícolas, terrenos baldios, complexos fabris, monumentos históricos –, desdobrando-se em lugares aglutinadores de memórias e vivências quotidianas.

A crise da indústria têxtil nos anos 90 e o consequente encerramento e abandono de várias fábricas existentes ao longo das margens do rio – algumas em funcionamento desde meados do século XIX – vieram alterar essa paisagem, acrescentando à imagem de um rio poluído pela intensa atividade fabril o cunho negativo do desemprego e da depressão económica da região do Vale do Ave.

Juntamente com municípios pertencentes à Associação de Municípios do Vale do Ave – AMAVE – Santo Tirso aderiu, em 1991, ao Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave (SIDVA) e, em 2002, ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento e Água e Saneamento do Vale do Ave, iniciando-se assim um processo de regulação da atividade das unidades industriais, de tratamento e drenagem de efluentes e de normalização da captação, tratamento e distribuição de água.⁸⁸

No ano de 2002 é aprovado pela Assembleia Municipal de Santo Tirso,⁸⁹ em complemento ao Plano Diretor Municipal (PDM), o Plano de Urbanização das Margens do

⁸⁸ IGAOT 2005, 704.

⁸⁹ Aprovado pela Assembleia Municipal em 2002/04/23.

Ave (PUMA),⁹⁰ cujo regulamento é publicado em Diário da República no ano de 2003.⁹¹ Integrando além do regulamento, um relatório, plantas de zonamento e condicionantes, programa de execução, plano de financiamento, planta de enquadramento, planta de intervenção e planta de estrutura verde urbana, o PUMA define a ocupação, o uso e a transformação do solo⁹² da frente ribeirinha, definindo espaços urbanizáveis e espaços de natureza e cultura. São, assim, permitidas “obras de apoio às atividades culturais, de recreio e de lazer (...), tais como percursos pedonais, áreas destinadas à prática de jogos, anfiteatros ao ar livre (...)”⁹³ e é autorizada “a construção de equipamentos e serviços, públicos ou privados, destinados a atividades culturais, de investigação, formação e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos, desportivas, de lazer e recreio (...)”⁹⁴, assim como a realização de “obras de ampliação, renovação e alteração programática”⁹⁵ nos equipamentos e infraestruturas de interesse público em funcionamento e “a construção de edifícios para fins turísticos, restauração e bebidas e de apoio às atividades desportivas de lazer e recreio (...)”⁹⁶.

3.2. Caraterização

Depois de uma candidatura não contemplada com verbas⁹⁷ ao Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades (III Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006), a Câmara Municipal de Santo candidata-se em 2008,⁹⁸ no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013, ao Instrumento de Política “Parcerias para a Regeneração Urbana”, inscrito no Eixo 4 –

⁹⁰ Ver Anexo 06.

⁹¹ Ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º131/2003, publicada na 1ª Série B do DR de 2003/08/28.

⁹² Resolução 131/2003.

⁹³ *Op. Cit.*, 5689.

⁹⁴ *Ibidem.*

⁹⁵ *Ibidem.*

⁹⁶ *Ibidem.*

⁹⁷ CMST 2009, 11.

⁹⁸ CMST 2008a.

Qualificação do Sistema Urbano – do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2 – O Novo Norte).

Inseridas no âmbito da Política de Cidades POLIS XXI, as Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU) preveem o financiamento de *Programas de Ação*⁹⁹ que tenham como finalidade “a valorização de áreas de excelência urbana, nomeadamente centros históricos e frentes ribeirinhas e marítimas, a qualificação das periferias urbanas e de outros espaços relevantes para a estruturação urbana, a renovação das funções e dos usos de áreas abandonadas ou com usos desqualificados, a requalificação e reintegração urbana de bairros críticos, em particular combatendo os fatores de exclusão social e de segregação territorial”.¹⁰⁰

Será neste contexto que a CMST enquadra o PUMA e procura iniciar um novo projeto. Em Maio de 2009 a Comissão Diretiva do ON.2 – O Novo Norte emite um parecer técnico favorável,¹⁰¹ aprovando a candidatura “Parcerias para a Regeneração Urbana de Santo Tirso – Margens do Ave”, num investimento total de 10 116 730 €, ¹⁰² A PRU “Margens do Ave” abrange cerca de 251 ha, estendendo-se ao longo de 3,5 km de frente ribeirinha.¹⁰³ A candidatura tem como pontos-chave de atuação um conjunto de elementos de relevância ambiental, patrimonial, educativa e económica, situados ao longo das margens do rio Ave.¹⁰⁴

- Mosteiro de São Bento: antigo mosteiro beneditino fundado no século X e cujo edifício foi sofrendo alterações ao longo dos séculos seguintes.¹⁰⁵ Funcionam atualmente nas suas instalações a Igreja Matriz de Santo Tirso, o Museu Municipal Abade Pedrosa e a Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento;

⁹⁹ MAOTDR 2008, [4].

¹⁰⁰ MAOTDR 2008, [4].

¹⁰¹ ON.2, Notificação de aprovação. Fonte: CMST.

¹⁰² *Projetos Aprovados no Programa Operacional Regional do Norte - Investimento Público* [em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.novonorte.qren.pt/pt/investimento-publico/projectos-aprovados/>>. [Consult. 01Dez.2012]. Os valores apresentados nas páginas que se seguem respeitam esta tabela do ON.2.

¹⁰³ CMST 2010, 18.

¹⁰⁴ Com base em CMST 2008a.

¹⁰⁵ *Mosteiro de Santo Tirso / Igreja Matriz de Santo Tirso / Igreja de Santa Maria Madalena / Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento / Museu Municipal Abade Pedrosa* [em linha]. Disponível em WWW: <URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5145>. [Consult. 10Nov.2012].

- Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso: também designada por Fábrica do Teles, a Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso foi fundada em 1896 e manteve-se em funcionamento até 1990, constituindo um dos elementos mais representativos da importância da indústria têxtil na região. Após abertura de falência, o imóvel foi adquirido pela Câmara Municipal de Santo Tirso;
- Parque Urbano da Rabada: parque urbano inserido numa área de 96 274 m² e assente numa mata de carvalhos e sobreiros sobranceira ao rio Ave.¹⁰⁶

O investimento na PRU “Margens do Ave” subdivide-se em várias operações e projetos, os quais passaremos de seguida a descrever:

- Percurso pedonal e ciclável: construção de um percurso pedonal e ciclável ao longo de 1,4 km de frente ribeirinha,¹⁰⁷ que liga a área contígua ao Mosteiro de S. Bento ao Parque Urbano da Rabada.¹⁰⁸ A obra, inaugurada em Janeiro de 2012, representa um investimento de 4 625 695 €;
- Parque Urbano da Rabada: 2ª fase de obras neste espaço verde existente desde 2005, que compreende a reconstituição da galeria ripícola, a construção de zonas destinadas à prática de desporto informal e a construção de um parque infantil¹⁰⁹ – fase já concluída – num investimento total de 543 322 €;
- Centro de Educação Ambiental e Escola Profissional de Hotelaria: investimento de 1 475 951 € para a adaptação do sequeiro existente na Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento a auditório, área expositiva e centro de interpretação ambiental¹¹⁰ e para a realização de obras de adaptação de um dos edifícios pertencentes ao antigo Mosteiro Beneditino a uma escola/restaurante e uma escola/hotel;

¹⁰⁶ *Parque Urbano da Rabada* [em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cm-stirso.pt/pages/281/>>. [Consult. 28Nov.2012].

¹⁰⁷ CMST 2010, 19.

¹⁰⁸ Ver Anexo 06.

¹⁰⁹ CMST 2010, 19.

¹¹⁰ CMST 2008a, 45.

- Passeio dos Frades: recuperação de toda a extensão do muro pertencente à quinta do Mosteiro de São Bento onde se localiza a Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento,¹¹¹ tornando o percurso acessível à população.¹¹² A obra, para a qual estava previsto um investimento de 108 146 €, encontra-se concluída;
- Passeio da Ilha: percurso que liga o Monte da Senhora da Torre (freguesia da Lama) a uma ínsua existente no rio Ave, num investimento total de 229 706 €;
- Fábrica de Santo Thyrsó: investimento de 2 354 141 € na revitalização de parte da antiga Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso através da construção de um Centro Interpretativo da Indústria Têxtil, de uma Nave Cultural – espaço polivalente destinado a acolher atividades de âmbito cultural – e da revitalização da frente ribeirinha do imóvel.¹¹³ Estes equipamentos foram inaugurados em Outubro de 2012.

No complexo desta antiga fábrica existe, desde 2006, a Incubadora de Santo Tirso, um centro de incubação de empresas de base tecnológica criado pela Câmara Municipal de Santo Tirso “com a finalidade de contribuir para a promoção da Inovação e do Empreendedorismo e a criação de Emprego Qualificado, apoiando a criação de negócios de características inovadoras com impacto no rejuvenescimento, modernização e competitividade do tecido económico regional e nacional”.¹¹⁴ O mesmo espaço irá receber, numa das naves industriais agora em reconstrução, o “IMOD” – Incubadora de Moda e Design.

Para além dos projetos de construção, requalificação e reabilitação, a PRU implica uma série de ações de animação destinadas à comunicação dos projetos e à sensibilização da comunidade para a sua existência. Como tal, foram aprovadas pelo ON.2 verbas para a realização de provas de pesca desportiva, para a definição de um Plano de Comunicação e

¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹² CMST 2010, 20.

¹¹³ *Ibidem*.

¹¹⁴ *Incubadora de Santo Tirso* [em linha]. Disponível em WWW: <URL <http://www.tectirso.com/>>. [Consult. 5Abr.2013].

Divulgação e para o desenvolvimento de um programa de animação do Parque Urbano da Rabada, do percurso pedonal e ciclável e da Nave Cultural.¹¹⁵

Estes programas de ação (obras e ações imateriais) devem envolver obrigatoriamente e juntamente com o município – ao qual cabe o papel de liderança da parceria¹¹⁶ – outros *atores urbanos*,¹¹⁷ ou seja, empresas, associações empresariais, serviços da administração central e outras entidades do setor público, concessionários de serviços públicos, instituições de ensino, de formação profissional e de investigação, fundações, organizações não-governamentais e outras associações, moradores e associações de moradores e proprietários.¹¹⁸

Liderada pela Câmara Municipal de Santo Tirso, a PRU tem como parceiros:¹¹⁹

- A Direção Regional de Educação do Norte¹²⁰, organismo dependente do atual Ministério da Educação e Ciência;
- A Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento, instalada no antigo Mosteiro de S. Bento, na qual se lecionam cursos de Educação e Formação de Adultos e de nível II, IV, V orientados para a agricultura e a agropecuária;
- A Fundação Santo Thyrsó, instituição privada sem fins lucrativos criada em Setembro de 2006,¹²¹ constituída por 3 membros fundadores: Município de Santo Tirso; EFIMÓVEIS – Imobiliária; SA; FACAL – Construções Metálicas, LDA e por um membro aderente: Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto - Portus Park;
- Associação Recreativa da Torre, associação tirsense dedicada à pesca desportiva;
- O Café do Rio: bar-esplanada localizado no Parque Urbano da Rabada.

¹¹⁵ *Projetos Aprovados no Programa Operacional Regional do Norte - Investimento Público* [em linha].

¹¹⁶ DGOTDU 2009, 2.

¹¹⁷ *Ibidem*.

¹¹⁸ *Ibidem*.

¹¹⁹ *Apresentação* [em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cm-stirso.pt/pages/113>>. [Consult. 28Nov.2012].

¹²⁰ Atual Direção de Serviços da Região Norte da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.

¹²¹ *Sobre a Fundação de Santo Thyrsó* [em linha]. Disponível em WWW: <URL:http://www.tectirso.com/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=75>. [Consult. 03Dez.2012]. Reconhecida pelo Despacho n.º 9127/2008 publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 62, 28 de Março de 2008.

3.3. Da política central e europeia

Lançada em 2007 pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional do XVII Governo Constitucional,¹²² a Política de Cidades POLIS XXI, que permite o acesso por parte dos municípios a financiamento assegurado pelos programas operacionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013,¹²³ deu, à semelhança de programas anteriores, início a uma nova fase de projetos e reformas urbanísticas tutelados/dirigidos pelo poder central e implementados pelas autarquias locais.

Interessa-nos, antes de mais, enquadrar o QREN e, particularmente, a Política de Cidades Polis XXI no âmbito das políticas comunitárias e das ações estratégicas¹²⁴ da União Europeia (UE). Enquanto instrumento para a aplicação da política de coesão económica e social,¹²⁵ concretizada através da política regional da UE,¹²⁶ o Quadro de Referência Estratégico Nacional beneficia de capital proveniente do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), criado com o objetivo de “contribuir para o reforço da coesão económica e social, reduzindo as disparidades regionais (...) através de um apoio ao desenvolvimento e ao ajustamento estrutural das economias regionais”.¹²⁷ Tal enquadramento revela-se importante se entendermos que, como referem Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva,¹²⁸ nos encontrarmos num ciclo de governação política das cidades, que – após um primeiro momento compreendido principalmente nos primeiros anos do pós 25 de Abril de 1974 e “dominado pela centralidade (...) da vida pública participada”,¹²⁹ pela espontaneidade, pela participação e por “cenários de entusiásticas manifestações

¹²² MAOTDR 2008.

¹²³ Ver Anexo 09.

¹²⁴ SILVA; FORTUNA, 427. In SANTOS 2001.

¹²⁵ QREN [em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.qren.pt/np4/qren>>. [Consult. 15Jan.2013].

¹²⁶ Coesão económica, social e territorial. [em linha]. Disponível em WWW: <URL:http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/economic_social_cohesion_pt.htm> [Consult. 15Jan.2013].

¹²⁷ Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) [em linha]. Disponível em WWW: <URL: http://europa.eu/legislation_summaries/agriculture/general_framework/g24234_pt.htm> [Consult. 15Jan.2013].

¹²⁸ SILVA; FORTUNA. In SANTOS 2001.

¹²⁹ SILVA; FORTUNA, 427. In SANTOS 2001.

públicas de indivíduos, grupos e movimentos sociais”,¹³⁰ e de um segundo ciclo iniciado na década de 80, no qual se assistiu a um amortecimento do “ímpeto da anterior sociedade civil”¹³¹ e a uma “gradual recomposição política e institucional do Estado em Portugal”¹³² – se centra atualmente (e desde os anos 90) no esforço de concretização da europeização¹³³ e de “compaginação de Portugal com padrões económicos, educativos e culturais europeus”.¹³⁴

É precisamente dentro deste último ciclo de governação, ou seja, a partir do final da década de 80/ início dos anos 90, que surgem diretrizes e programas urbanísticos pensados e cofinanciados pela União Europeia especificamente orientados para a cidade,¹³⁵ cuja aplicação se refletiu, naturalmente, nas cidades portuguesas, permitindo melhorias significativas ao nível da infraestruturação e do ordenamento do território na maioria dos municípios do país. O final dos anos 90/início dos anos 2000 trouxe uma conceção mais holística do urbanismo, que não só aproximou as políticas das cidades às questões ambientais e de sustentabilidade urbana, como também, embora timidamente, às políticas culturais, fator que veio permitir, graças aos programas de financiamento, uma ação mais planeada e efetiva nesta área por parte das autarquias.

É com o Programa Polis – ‘Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades’ lançado pelo XIV Governo Constitucional entre os anos 2000 e 2006 e aplicado a um total de 28 cidades portuguesas – que se inicia esta maior aproximação, pelo menos ao nível do discurso, às políticas ambientais e culturais locais. No entanto, se este programa foi, de facto, responsável pela “alteração da imagem e da dinâmica de setores consideráveis de muitos centros urbanos portugueses”¹³⁶ e se existiu um “correto discurso ambientalista e de sustentabilidade”¹³⁷ e de ligação às práticas de cultura, houve também, por parte do poder central, uma conversão da já referida vontade

¹³⁰ *Ibidem.*

¹³¹ *Ibidem.*

¹³² *Ibidem.*

¹³³ *Ibidem.*

¹³⁴ *Ibidem.*

¹³⁵ *Ibidem.*

¹³⁶ MATEUS 2001, 2.

¹³⁷ *Op. Cit., 1.*

dos municípios pela aposta na cultura e no desenvolvimento urbano numa tentativa de normalização e padronização destas cidades.¹³⁸

O perigo de uma excessiva apropriação por parte do poder central relativamente à ação municipal no que toca às políticas para as cidades surge precisamente através das candidaturas por parte das autarquias a estes programas de financiamento, uma vez que estas ficam obrigadas a cumprir toda uma série de diretrizes e orientações que tendem, dada a situação de planeamento e controlo *top-down* dentro das quais foram criadas, a uma generalização das práticas e políticas que pode pôr em causa, em muitos casos, especificidades e singularidades urbanísticas, patrimoniais, culturais e sociais. Não nos esqueçamos que “a abertura das estruturas administrativas e de tomada de decisão à participação pública, à cooperação de agentes económicos e a outras instituições civis não tem (...) suficiente tradição em Portugal”,¹³⁹ e que o poder central, apesar de democrático, tende, por defeito, a aplicar mecanismos políticos de normalização, dada a dificuldade em trabalhar e lidar com a diferença.

Sete anos após o início do Programa Polis e finda a sua aplicação, a nova Política de Cidades Polis XXI é apresentada como tendo uma abordagem de implementação descentralizada e desconcentrada,¹⁴⁰ contendo em si um discurso mais adaptado às novas teorias urbanísticas ligadas à cultura e à criatividade, tendo como palavras-chave a ambição, os desafios, a transformação, o desenvolvimento, o conhecimento, a inovação, a competitividade, a qualificação, a criatividade, a cidadania.¹⁴¹ Através de quatro instrumentos de política¹⁴² – Parcerias para a Regeneração Urbana, Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação, Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano e Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional –, este documento afirma ter como objetivos operativos¹⁴³ a qualificação e integração dos distintos espaços de cada cidade, o fortalecimento e diferenciação o capital humano, institucional, cultural e

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ PORTAS 2010, 196.

¹⁴⁰ MAOTDR 2008.

¹⁴¹ *Op. Cit.*

¹⁴² Ver Anexo 09.

¹⁴³ *Op. Cit.*

económico de cada cidade, a qualificação e intensificação da integração da cidade na região envolvente e a inovação nas soluções para a qualificação urbana.¹⁴⁴

A constante referência à iniciativa local, à participação e à cidadania enquanto elementos essenciais para o desenvolvimento urbano e cultural das cidades, a existência de apoios e incentivos destinados, entre outros, às “parcerias locais alargadas entre os municípios e serviços desconcentrados da administração central, instituições do sistema científico nacional, ONG, empresas (...)”¹⁴⁵ e à “cooperação estratégica de atores urbanos organizados em rede”¹⁴⁶ conduzem-nos a pensar que existirá, de facto, nesta política, uma tentativa de democratização e descentralização do poder, que passa a estar mais dependente e concentrado na iniciativa e no poder locais, assumindo o Estado central um papel de monitorização.

Estaremos perante uma efetiva viragem no domínio das políticas centrais para as cidades e sua aplicação prática, ou tal ideia situa-se ainda no plano do discurso e das intenções?

3.4. Da política local

É partindo desta questão que pretendemos problematizar a Parceria para a Regeneração Urbana “Margens do Ave” enquanto exemplo da ação das autarquias no domínio das políticas e práticas culturais, nomeadamente naquelas enquadradas dentro dos novos programas de financiamento tutelados pelo poder central. Recorremos, para tal, para além da consulta de bibliografia, à consulta de documentação interna da CMST referente à candidatura da PRU “Margens do Ave”, assim como à realização de duas entrevistas¹⁴⁷: ao Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Eng. Castro Fernandes, que, enquanto autarca, pode ser considerado como responsável político deste projeto em particular e, em

¹⁴⁴ *Op. Cit.*

¹⁴⁵ *Política de Cidades Polis XXI* [em linha]. Disponível em WWW: <URLhttp://politicadecidades.dgotdu.pt/docs_ref/serie_polis/Documents/folheto_politica_cidades_polis_xxi.pdf>. [Consult.25Jan.2013].

¹⁴⁶ *Ibidem.*

¹⁴⁷ Enviámos ofícios a outros agentes locais, aos quais não obtivemos resposta.

geral, pelas políticas culturais e urbanistas definidas no município nos últimos mandatos; ao Presidente da Junta de Freguesia de Santo Tirso, Dr. José Pedro Miranda, membro do principal partido opositor, o Partido Social Democrata (PSD), e responsável político pela maior freguesia do concelho, dentro da qual, como vimos no capítulo anterior, se situam a maioria dos equipamentos culturais autárquicos, assim como a maior parte dos projetos inseridos na parceria em estudo.

Optámos por abordar o objeto segundo três linhas de pensamento: na primeira questionamos a necessidade e urgência a nível local deste projeto e a sua relação com as/os calendários/urgências/oportunidades de financiamento definidas pelo poder central; na segunda refletimos sobre uma nova imagem que julgamos estar a ser lançada sobre a cidade de Santo Tirso; a terceira procura encontrar os conceitos de “cidade do século XXI” e cruzá-los tanto com os objetivos e ambições da Política de Cidades Polis XXI, como com as conceções teóricas definidas no primeiro capítulo deste trabalho.

3.4.1. Oportunidades

A Parceria para a Regeneração “Margens do Ave” surge, como pudemos constatar nos dois primeiros pontos deste capítulo, no seguimento de um trabalho iniciado na década de 90 e desenvolvido ao longo de vários anos. As iniciativas de despoluição e normalização do tratamento das águas do Rio Ave, a elaboração do Plano de Urbanização das Margens do Ave (PUMA) e uma primeira candidatura falhada ao Programa Polis levam-nos a constatar que houve, ao longo de cerca de duas décadas, uma intenção por parte da autarquia em trazer uma nova urbanidade a esta área concelhia. A opção por uma via de desenvolvimento centrada na aliança entre cultura e urbanismo está já presente nas normas definidas pelo PUMA e culmina com a candidatura a este instrumento da Política de Cidades POLIS XXI.

Encontramos, portanto, um intervalo temporal de cerca de 20 anos desde o início da década de 90 e esta segunda década de 2000 durante o qual se operaram uma série de transformações no concelho – desde a colmatação de falhas nas infraestruturas de

saneamento básico, no parque escolar, nos equipamentos de saúde, nos equipamentos desportivos e até, como vimos no capítulo anterior, no que respeita aos equipamentos culturais – que, no caso da cidade de Santo Tirso, aparentam culminar e reunir-se nesta Parceria para a Regeneração Urbana. Através da construção de uma escola profissional de hotelaria, um centro de educação ambiental, do melhoramento e construção de espaços verdes e percursos pedonais ribeirinhos e do investimento na recuperação de um imóvel de grande relevância histórica e sua conversão num espaço que alberga um centro interpretativo da indústria têxtil, um equipamento cultural polivalente, uma incubadora de base tecnológica e uma incubadora de negócios criativos, a PRU “Margens do Ave” parece vir estabelecer um compromisso e uma inter-relação entre ambiente, urbanismo, património, cultura, criatividade, educação e tecnologia.

Interessa-nos, aqui, questionar se o município se encontra dentro de uma realidade nacional que “se pautou (...) por ciclos de mudança conjuntural muito mais dependentes da oportunidade de investimentos inesperados, do que da persistência de políticas estruturantes”,¹⁴⁸ ou se houve, de facto, um trabalho de consolidação de espaços e equipamentos públicos consonante com este novo projeto. Constitui-se a PRU “Margens do Ave” um projeto prioritário, ou, ao invés, existe um lapso na ligação entre o seu programa de ação e a realidade atual do concelho de Santo Tirso?

Durante as entrevistas realizadas para esta investigação, notámos uma divergência nas opiniões dos responsáveis políticos entrevistados no que respeita a esta questão. Apesar de reconhecer a validade e importância a este projeto, o presidente da Junta de Freguesia de Santo Tirso entende que existem outras prioridades para o concelho, principalmente para a freguesia de Santo Tirso: a finalização da rede de saneamento básico, o desenvolvimento da indústria e do comércio, a fixação de população qualificada, o desenvolvimento das atividades culturais e a aposta no património cultural local constituem-se, para o autarca, como ações por desenvolver e concretizar no município, preteridas em prol de projetos semelhantes ao da parceria para a regeneração urbana “Margens do Ave”. Já o presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso atribui uma importância estratégica a esta candidatura

¹⁴⁸ GRANDE 2006, 165. *In* LOPES, SEMEDO, 2006.

inserida na Política de Cidades Polis XXI, assumindo-a como um projeto necessário para o concelho, projeto este resultante de um planeamento estratégico definido no Plano de Urbanização das Margens do Ave, documento visto como crucial para, logo após o surgimento de uma oportunidade de financiamento, se constituir como base para uma candidatura devidamente fundamentada e adequada às necessidades do concelho e, em particular, desta área de intervenção.

Parece-nos que, por um lado, a Câmara Municipal de Santo Tirso converte, com este projeto, uma vontade do poder central numa solução já anteriormente planeada pela autarquia, sendo a Política de Cidades Polis XXI vista como uma oportunidade de enquadramento e financiamento para uma necessária (aos olhos do poder local) modernização urbana.¹⁴⁹ O financiamento disponibilizado através deste instrumento de política não só poderá solucionar um problema urbanístico existente, como, porventura, atenuar as marcas associadas à crise da indústria têxtil no concelho de Santo Tirso, lançando o município, em simultâneo, numa nova linha de imagens e representações que se têm vindo a criar para as cidades portuguesas: as da qualidade de vida associada à inovação, à criatividade, à cultura e às novas tecnologias.

Por outro lado, o facto de existir uma vontade política materializada num documento técnico de planeamento não significa, por si só, que tenha existido uma leitura adequada das necessidades municipais a partir das populações e das práticas culturais locais.

3.4.2. Representações

É precisamente através de projetos de regeneração e requalificação que se tem vindo a verificar uma determinada ideia de modernização das cidades, que não só tende a transformar paisagens urbanas ou semiurbanas, como também “se faz acompanhar por um

¹⁴⁹ FORTUNA; PEIXOTO 2002, 19. *In* FORTUNA; SANTOS 2002

processo de imposição de novos símbolos e de difusão de novas imagens que se constitui, ele próprio, como uma das referências mais importantes dessa modernização”.¹⁵⁰

Associados ao plano de comunicação da Parceria para a Regeneração Urbana “Margens do Ave”, surgem os lemas oficiais “o rio no coração da cidade”¹⁵¹ e “revolucionar o conceito de viver em Santo Tirso”. Também na comunicação social se anuncia uma vontade concelhia em “renascer das cinzas com novos investimentos” e em trazer “nova vida a Santo Tirso”.¹⁵² Todas estas ideias, aliadas à própria concretização dos projetos, contribuem para a indução e difusão por parte das cidades de novas autoimagens,¹⁵³ “formadas e reformatadas através da publicidade e da influência dos *media*, de operações de requalificação do espaço, da organização e promoção de eventos culturais, de experiências pessoais e de transformações ocorridas nas paisagens físicas e na estrutura social e económica dos lugares”.¹⁵⁴ A transformação material é também, deste modo, uma transformação simbólica que permite a adesão e o lançamento de novos discursos políticos sobre a cidade, potenciados também pela própria proximidade geográfica com vários concelhos limítrofes e pertencentes à Área Metropolitana do Porto – Guimarães, Famalicão, Braga, Porto, São João da Madeira: “ao nível representacional e concorrencial, elas surgem frequentemente como referentes cruzados de umas face a outras”.¹⁵⁵

Por serem símbolo de uma grande prosperidade política e socioeconómica do concelho, o Mosteiro de São Bento, a antiga Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Thyrsó, e a própria paisagem ribeirinha constituíram-se também como espaços de representação do poder e distinção social. A sua recuperação e regeneração dá-lhes novos usos que, à luz das atuais teorias e objetivos lançados para as cidades, lhes poderá atribuir – depois de anos de abandono e degradação de uma imagem que passou a representar uma marca de desemprego e depressão económica – uma reafirmação enquanto espaços de representação do poder político local. A construção do percurso pedonal ao longo do rio, por exemplo, foi indicada, tanto pelo presidente da Junta de Freguesia como pelo presidente da Câmara

¹⁵⁰ FORTUNA; PEIXOTO 2002, 19.

¹⁵¹ Ver Anexo 11.

¹⁵² Declarações proferidas no Jornal da Tarde da RTP (Jan. 2011).

¹⁵³ FORTUNA; PEIXOTO 2002, 19.

¹⁵⁴ FORTUNA; PEIXOTO 2002, 18.

¹⁵⁵ FORTUNA; PEIXOTO 2002, 20.

Municipal de Santo Tirso, como uma das obras mais significativas e emblemáticas realizadas no concelho desde que o atual autarca foi eleito pela primeira vez, ou seja, desde o início dos anos 2000.

3.4.3. Práticas

A ideia de que as operações urbanísticas e ambientais, mas também culturais, se constituem como meios de promoção da competitividade das cidades¹⁵⁶ e que “as atividades culturais podem «colocar no mapa» territórios”¹⁵⁷ leva, por vezes, a que se invista mais recursos na construção e restauro de equipamentos do que no trabalho a realizar com as comunidades locais. A política *top-down* veiculada pelo poder central pode – caso os investimentos sejam realizados apenas porque existe uma oportunidade de financiamento e como resultado de estudos ponderados e de políticas e práticas estruturantes –, a uma escala mais próxima, dar origem a uma política *top-down* veiculada pelo poder local: uma frugal tentativa de democratização cultural poderá eventualmente fazer com que, apesar dos discursos sobre eles lançados, novos equipamentos surjam como “estrangeiros” às comunidades, inclusivamente com programações desadequadas ou por definir.

As Parcerias para a Regeneração Urbana surgem, como vimos anteriormente, como instrumentos que implicam, em cooperação com as câmaras municipais, a participação de agentes locais. A Câmara Municipal de Santo Tirso avança para a Parceria para a Regeneração Urbana “Margens do Ave” juntamente com cinco parceiros, cumprindo, em teoria, um primeiro objetivo político de descentralização do poder: A Direção Regional de Educação do Norte (DREN) e a Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento surgem associadas aos projetos de construção do Centro de Educação Ambiental e da Escola Profissional de Hotelaria; a Fundação Santo Thyrsos tem sede numa das naves da antiga

¹⁵⁶ MILHEIRO 2009, 54.

¹⁵⁷ LOPES 2000, 81.

fábrica intervencionada, sendo elo de ligação entre a incubadora para empresas de base tecnológica e os restantes equipamentos existentes naquele espaço; o Café do Rio associa-se às atividades realizadas no Parque Urbano da Rabada; a Associação Recreativa da Torre, dedicada à pesca desportiva, tem particular participação na criação do percurso pedonal, dado existirem locais destinados à pesca desportiva ao longo da área intervencionada. Tendo uma importância relevante no ato de candidatura, dada a necessidade da sua participação para a aprovação da mesma, estes parceiros procurarão, na nossa opinião, ser um referencial para o futuro. Parecem estar aqui, de facto, implícitos alguns princípios associados à *governance* desejada para as cidades do século XXI. Durante a entrevista ao Eng. Castro Fernandes, o autarca não deixou de salientar que foram realizados vários avisos públicos para potenciais parceiros e que diversos agentes foram convidados a integrar a parceria. Não obstante, apenas os atuais parceiros demonstraram vontade de avançar com a candidatura. Grande parte dos agentes associados a esta parceria não deixam de estar de algum modo ligados aos poderes central e local, como é o caso da DREN e da Fundação Santo Thyrsó, o que poderá não significar uma verdadeira democratização na tomada de decisão e uma efetiva aproximação à comunidade local abrangida pelos projetos.

Outra questão que se coloca é a dos modelos definidos para a manutenção e programação dos espaços construídos/reconvertidos nos períodos pós-obra e pós-financiamento. Segundo o presidente da CMST, ainda não está definido um modelo de gestão, mas afirma querer definir um modelo “leve” e voltado para a população, da qual o autarca aguarda a reação e espera resultados positivos a “um novo conceito, muito discutido por todo o mundo e que tem dado resultado noutros sítios”.

A ausência de um plano de pré-definido de programação e manutenção das estruturas e infraestruturas cofinanciadas pela União Europeia, lançadas pelo poder central e postas em prática pelo poder local poderá condicionar ou mesmo inviabilizar este tipo de projetos, principalmente tendo em conta a atual conjuntura económica e, não menos importante, o período de renovação política que se aproxima¹⁵⁸ com as próximas eleições

¹⁵⁸ À data de realização deste trabalho (2013), é já do conhecimento público que o atual presidente da câmara não poderá concorrer às próximas eleições graças aos limites à renovação sucessiva de mandatos postos em prática através da Lei n.º 46/2005 de 29 de Agosto

autárquicas, que coincidem precisamente com o final do QREN 2007-2013 e com o fim de muitos mandatos¹⁵⁹ no qual se entrega a novos executivos novos equipamentos, novas imagens, novos discursos e antigas práticas.

¹⁵⁹ Muitos dos quais também como consequência dos limites à renovação sucessiva de mandatos postos em prática através da Lei n.º 46/2005 de 29 de Agosto.

Conclusões

As cidades portuguesas têm vindo a enfrentar um conjunto diversificado de transformações desde a instauração da democracia em 1974, principalmente após a entrada na União Europeia e consequente integração nas políticas, orientações e modelos comunitários. Com maiores ou menores efeitos e impactos no território, essas transformações aparentam ter em comum o objetivo de atrair e fixar população através de uma garantia de qualidade de vida para aqueles que o habitam ou que o poderão vir a habitar.

Graças ao financiamento disponibilizado pelos fundos comunitários, um crescente número de programas e ações estratégicas facilitou o desenvolvimento de projetos e o incremento/melhoria de infraestruturas, parte deles ligados aos espaços públicos e aos espaços e práticas culturais. Ações de animação e desenvolvimento sociocultural e comunitário, assim como museus, centros interpretativos, centros culturais, entre outros equipamentos, surgem, desta forma, implementados a nível municipal por todo o país. Embora tais oportunidades de financiamento venham trazer algum poder de ação às autarquias locais, estes programas e ações estratégicas estão em grande parte associados ao poder central que, aprovando candidaturas e disponibilizando verbas, lança diretrizes que se pretendem, de algum modo, orientadoras e reguladoras de realidades bastantes díspares.

Foi sobre esta problemática que procurámos refletir no presente Trabalho de Projeto, através do estudo da Parceria para a Regeneração Urbana “Margens do Ave”, instrumento da Política de Cidades POLIS XXI, lançada no ano de 2007 no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013 e um dos mais recentes exemplos desta relação entre poderes.

Com uma câmara municipal da mesma cor política desde 1982, o município de Santo Tirso conheceu apenas dois presidentes de câmara entre esta data e o ano em que nos encontramos, tendo o presente autarca sido eleito no ano de 2001. Com 75% da população distribuída dentro dos limites do Vale do Ave, o concelho apresenta, à semelhança de outros concelhos da Área Metropolitana do Porto, uma variação negativa da população, à

qual se acrescenta um envelhecimento demográfico comum à realidade nacional. A estes dados soma-se uma elevada taxa de desemprego, originada acima de tudo pela crise da indústria têxtil.

À falta de um documento regulador das políticas culturais para o município, os discursos e objetivos enunciados pelo executivo camarário parecem revelar uma ideia de cultura bastante associada às coletividades e ao património cultural existente no concelho. Por outro lado, os novos projetos anunciados pela CMST surgem, também porque a política central assim o dita, munidos de ideias de cultura que correlacionam ambiente, urbanismo, criatividade, tecnologia e usufruição do espaço público. Estamos perante dois tipos de discurso que, numa primeira análise, podem apresentar uma disparidade considerável. Se a esses discursos se acrescentar uma respetiva aplicação no território e em particular, nos seus espaços e equipamentos, podemos, num cenário não muito positivo, deparar-nos com “transformações físicas e socio-tecnológicas (...) implantadas por vontades políticas e económicas”¹⁶⁰ que podem, apesar de corresponderem teoricamente a um modelo considerado como ideal, apresentar dificuldades em dar continuidade e criar ligações entre as novas práticas e realidades e as práticas e realidades preexistentes.¹⁶¹ Tais dificuldades podem corresponder a uma rutura – tendo em conta uma população bastante diversificada e que “não pode ser pensada como um sujeito/objeto coletivamente amorfo, que se deixa apreender e tratar nos termos de um projeto pensado a partir do exterior”¹⁶² – nociva para o território e para os cidadãos que o habitam.

Entendendo-se a própria comunidade como “sujeito determinado (...) pelas relações materiais e institucionais, mas também [elemento] determinante do sentido e dos efeitos dessas relações”,¹⁶³ julgamos ser necessário, portanto, um trabalho prévio e contínuo junto das populações que, dada a urgência dos financiamentos, tende a ser posto de lado ou a ser deslocado para um nível mais baixo de prioridades. Não nos esqueçamos que a maioria dos financiamentos do QREN corresponde a uma significativa cobertura das despesas com os projetos, obras e atividades relacionadas, o que, tendo em conta os modestos orçamentos

¹⁶⁰ MATEUS 2011, 1.

¹⁶¹ *Ibidem.*

¹⁶² MATOS 2004, 141.

¹⁶³ *Ibidem.*

camarários, se revela demasiado aliciante dado o contínuo investimento que é exigido às câmaras municipais tanto pela população como pelo poder central. Negar esse financiamento, mesmo que não se enquadre no estado ideal e prioritário do desenvolvimento local é negar, em muitos casos, milhões de euros para um território, que serão, porventura, investidos noutro município, hipótese que, tendo em conta, entre outros fatores, a competição e a falta de articulação intermunicipal, se considera, na prática, quase impraticável.

A solução residiria em grande parte, na nossa opinião, numa maior articulação entre o poder central e o poder local. Com políticas e objetivos definidos e enquadrados em pacotes e períodos de financiamento, os governos centrais acabam, apesar dos discursos o aparentarem cada vez menos, por colocar realidades e estágios de desenvolvimento muito distintos e diversificados no mesmo patamar de ação, prática que entra em choque, necessariamente, com realidades, políticas e prioridades locais.

Consideramos, então, que deve partir do Estado uma iniciativa de autorreflexão, conhecimento e avaliação da realidade do país, para que daí se possam definir meios e estratégias de atuação e de resposta face às características, dificuldades e problemas do panorama (cultural, neste caso) português. Esse papel será tão melhor desempenhado quanto maior for a capacidade do Estado de potenciar a descentralização e apostar numa lógica estatal central, regional e local integrada. Isto porque, tendo em conta o paradigma global e europeu e se estamos a tratar de realidades que envolvem a comunidade e dentro dos quais se pretende captar os cidadãos e devolver-lhes o espaço público, estamos, então, a referir-nos a objetivos concretos de atuação: a promoção do desenvolvimento e da qualificação da cultura; a redução da “distância (...) entre os criadores e promotores dos projetos e os seus destinatários”;¹⁶⁴ o cruzamento entre espaços de cultura; a criação de uma “prática cultural regular, atenta a culturas diversas, a linguagens e projetos por vezes dissonantes e a valores e sentidos plurais de lugar”;¹⁶⁵ a promoção de hábitos de fruição e prática culturais; o desenvolvimento da democracia e da democratização cultural; a promoção das dinâmicas locais e da diversidade em detrimento da homogeneização; Só

¹⁶⁴ FORTUNA 2010, 276.

¹⁶⁵ SILVA; FORTUNA 2001, 465. *In* SANTOS 2001.

a aposta numa política articulada poderá facilitar este processo, no sentido em que tenderá a promover a criação de relações de proximidade que a administração central muito dificilmente consegue manter com as comunidades e os cidadãos, assim como um melhor conhecimento dos vários terrenos (físicos, sociais e políticos) de atuação. Os objetivos finais poderão, desta forma, ser pensados numa lógica nacional,¹⁶⁶ mas sempre tendo em conta o papel fulcral da intermediação por parte dos agentes e instituições locais e regionais.

Se, como vimos nos últimos anos, se tem verificado um aumento considerável da ação da administração local, a lógica regional tende a não existir:¹⁶⁷ por um lado, graças a uma evidente falta de aprofundamento de competências legais; por outro, devido a uma maioritária ausência de cooperação inter e supramunicipal¹⁶⁸ que, se foi produzindo “resultados no abastecimento de água ou nos sistemas de tratamento de resíduos, ainda não se estendeu (...) para o campo cultural”.¹⁶⁹ Ora, isto ocorre muito provavelmente por razões de afirmação, representação e competição política entre os vários concelhos em cada uma das regiões.

De facto, entendemos a fruição e práticas culturais como fator de desenvolvimento individual e coletivo, criador de espaço público e de inscrição dos cidadãos, frequentemente esquecidos entre conflitos de poder e de afirmação política e institucional. Ora, tal aproximação e cooperação provocariam inevitavelmente uma idêntica aproximação entre os discursos e as práticas, os equipamentos e os territórios e, por isso mesmo, as políticas e os cidadãos.

¹⁶⁶ RUBIM 2010, 265. *In* PAIS 2010.

¹⁶⁷ Apenas as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e alguns projetos pontuais parecem procurar promover de algum modo esta cooperação intermunicipal. A este propósito consulte-se a Lei n.º 44/91 de 2 de Agosto.

¹⁶⁸ SILVA 2007, 12.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

Bibliografia

- BABO, Elisa (2010). *Cultura e desenvolvimento: novos desafios para as políticas municipais*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Dissertação de mestrado.
- CALVINO, Italo (1999). *As cidades invisíveis*. Lisboa: Editorial Teorema.
- CARTA, Maurizio (2008). *Creative city: dynamics, innovations, actions*. Barcelona: List.
- CMST (2000). *Plano de Urbanização das Margens do Ave: elementos fundamentais*.
- CMST (2004). *Diagnóstico Social*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.
- CMST (2008a). Política de Cidades POLIS XXI, Programa Operacional da Região Norte 2007-2013, Aviso Concurso PRU / 2 / 2008 PROGRAMA DE AÇÃO
- CMST (2009). *Informação Municipal 103*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.
- CMST (2010). *Informação Municipal 105*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.
- CMST (2010a) *Deliberação: Estrutura Orgânica dos Serviços da Câmara Municipal de Santo Tirso*.
- CMST (2010b). *Despacho: Estrutura flexível dos Serviços da Câmara Municipal de Santo Tirso*.
- CMST [2012]. *Fábrica de Santo Tirso*. Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso.
- CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA (1933). *Carta de Atenas*. Disponível em WWW:<URL: <http://www.apha.pt/boletim/boletim1/pdf/CartadeAtenas1933.pdf>>.
- CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS (2003). *A visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as cidades do séc. XXI*. Disponível em WWW:<URL: http://paginas.fe.up.pt/construcao2004/c2004/docs/SAT_02_carta%20atenas.pdf>.
- CULTURE 21 (2004). *Agenda 21 da Cultura*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona.
- CULTURE 21 (2012). *Lists of cities, local governments and organizations*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona.

- DGOTDU (2009) *Regulamento Especifico, Politica de Cidades, Parcerias para a Regeneração*.
- FARO, Suzana (2002). *Projeto: rota do património industrial do Vale do Ave, ADRAVE*. In Colóquio de Museologia Industrial. Porto: ADRAVE.
- FERRÃO, João; HENRIQUES, Eduardo Brito; NEVES, António Oliveira das (1994). *Repensar das cidades de média dimensão*. *Análise Social*, vol. XXIX (129), 1994 (5. º), 1123-1147.
- FLORIDA, Richard (2005). *Cities and the creative class*. Nova Iorque: Routledge. 0-203-99767-0.
- FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS (2013). *PORDATA: Base de Dados Portugal Contemporâneo* [Em linha]. Lisboa: FFMS, 2009. [Consult. 18 Abr. 2013]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.pordata.pt/>>
- GOITIA CHUECA, Fernando (imp. 1982). *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- IGAOT (2005). *Relatório de Atividades 2005*. S.l.: Inspeção Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, 2005.
- INE (2012). *Censos 2011: resultados definitivos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- LOPES, João; SEMEDO, Alice (2006). *Museus, discursos e representações*. Porto: edições Afrontamento, 2006. 978-972-360-818-2.
- LOPES, João Teixeira (2000). *Em busca de um lugar no mapa: reflexões sobre políticas culturais em cidades de pequena dimensão*. *Sociologia: problemas e práticas*, n.º34 (Dez. 2000).
- LOPES, João Teixeira (2003). *Políticas culturais públicas na Europa*. Janus 2003.
- MATEUS, João Mascarenhas (2001). *Muitos cortes, poucas costuras. O Programa Polis e os centros históricos, alguns casos de estudo*. Disponível em WWW:<URL:http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/823_Muitos_cortes_poucas_costuras_polis_Joao_Mascarenhas_Mateus_sicyurb_2011.pdf>.
- MATOS, Manuel (2004). *Desenvolvimento e cidadania: intervenção associativa e ação comunitária*. Cadernos ICE – Instituto das Comunidades Educativas, 7.
- MILHEIRO, Ana Vaz (2009). *Por uma cidade amável: espaços públicos e o Programa Pólis na Covilhã*. In *Monumentos*, n.º29 (Jul. 2009). ISSN 0872-8747.

- MAOTDR (2008). *Política de Cidades POLIS XXI*.
- ON.2, Notificação de aprovação. ON2 - PRU 2/2008 Processo n.º 4-7-17-14-1709-Parcerias para a Regeneração Urbana de Santo Tirso - Margens do Ave - Aprovação, Audiência Prévia.
- PAIS, José Machado; SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos [org.] (2010). *Novos trilhos culturais: práticas e políticas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- PIMENTEL, Alberto (1902). *Santo Thyrsos de Riba d'Ave*. Santo Tirso: Clube Thyrsense, 1902.
- PORTAS, Nuno, [et al.] (2010). *Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 978-972-31-1061-6.
- RTP (2011). *Jornal da Tarde*, Jan. 2011
- SANTOS, Boaventura de Sousa [org.] (2001). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento, 2001. 978-972-360-569-3.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (2005). *Cartografia cultural do concelho de Cascais*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais. ISBN 972-8488-36-X.
- SILVA, Augusto Santos; FORTUNA, Carlos [org.] (2002). *Projeto e circunstância: culturas urbanas em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. 978-972-360-575-4.
- SILVA, Augusto Santos (2007). *Como abordar as políticas culturais autárquicas?* Sociologia, Problemas e Práticas, nº54, 2007, pp.11-33.

Legislação

- RESOLUÇÃO n.º 131/2003. D.R.I Série-B. 198 (2003-08-28) 5686-5690.
- DESPACHO n.º 9127/2008. D.R.II Série-C. 62 (2008-03-28) 13558.

Web

- *Apresentação* [em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cm-stirso.pt/pages/113>>. [Consult. 28Nov.2012].
- *Associativismo*. Em linha]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.cm-stirso.pt/pages/367>>. [Consult.01Out.2012].
- *Concelhos na rota: Santo Tirso* [Em linha]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.rotanoave.com/santo-tirso.aspx>>. [Consult.01Out.2012].
- *Coesão económica, social e territorial*. [em linha]. Disponível em WWW: URL:http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/economic_social_cohesion_pt.htm
- *Cultura* [Em linha]. Disponível em WWW:<URL:http://www.cm-stirso.pt/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=20&Itemid=201>. [Consult.25Jan.2012]
- *Fundadores* [Em linha]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.serralves.pt/pt/fundacao/fundadores-mecenas-e-apoios/fundadores/>> [Consult.19 Abr.2013].
- *Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)* [em linha]. Disponível em WWW: <URL: http://europa.eu/legislation_summaries/agriculture/general_framework/g24234_pt.htm> [Consult. 15Jan.2013].
- *Freguesias* [em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://cm-stirso.pt/pages/111>>. [Consult. 18Abril.2013].
- *Incubadora de Santo Tirso* [em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.tectirso.com/>>. [Consult. 5Abr.2013].
- *Mapa de pessoal* (2009) [http://www.cm-stirso.pt/images/stories/files/mapa_pessoal .pdf](http://www.cm-stirso.pt/images/stories/files/mapa_pessoal.pdf). Disponível em WWW:<URL:http://www.cm-stirso.pt/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=20&Itemid=201>. [consult. 12 Set. 2012]
- *Mensagem do Presidente* [Em linha]. Disponível em WWW:<URL:http://www.inventaracidade.com/apresentacao/mensagem_do_presidente>. [Consult.20Jan.2012]
- *Mosteiro de Santo Tirso / Igreja Matriz de Santo Tirso / Igreja de Santa Maria Madalena / Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento / Museu Municipal Abade Pedrosa* [em linha]. Disponível em WWW: <URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5145>. [Consult. 10Nov.2012].

- *Organigrama* [em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cm-stirso.pt/pages/90>>. [Consult. 12 Jan. 2013].

- *Parque Urbano da Rabada* [em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cm-stirso.pt/pages/281/>>. [Consult. 28Nov.2012].

- *Planos Municipais de Ordenamento do Território*. [em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://site.cm-stirso.pt/webpdm/default.aspx?tipo=V>>. [Consult. 12Abril.2013].

- *Política de Cidades Polis XXI* [em linha]. Disponível em WWW: <URL:http://politicadecidades.dgotdu.pt/docs_ref/serie_polis/Documents/folheto_politica_cidades_polis_xxi.pdf>. [Consult.25Jan.2013].

- *Povoamento*. [Em linha]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.cm-stirso.pt/pages/108>>. [Consult.25Set.2012]

- *Projetos Aprovados no Programa Operacional Regional do Norte - Investimento Público* [em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.novonorte.qren.pt/pt/investimento-publico/projectos-aprovados/>>. [Consult. 01Dez.2012].

- *QREN* [em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.qren.pt/np4/qren>>. [Consult. 01Dez.2012].

- *Resultados eleitorais*. [Em linha]. Disponível em WWW:<URL: http://eleicoes.cne.pt/sel_eleicoes.cfm?m=raster>. [Consult.14Out.2012].

- *Santo Tirso é o concelho com maior taxa*. [Em linha]. Disponível em WWW:<URL: http://www.tsf.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=912529>. [Consult.15Set.2012].

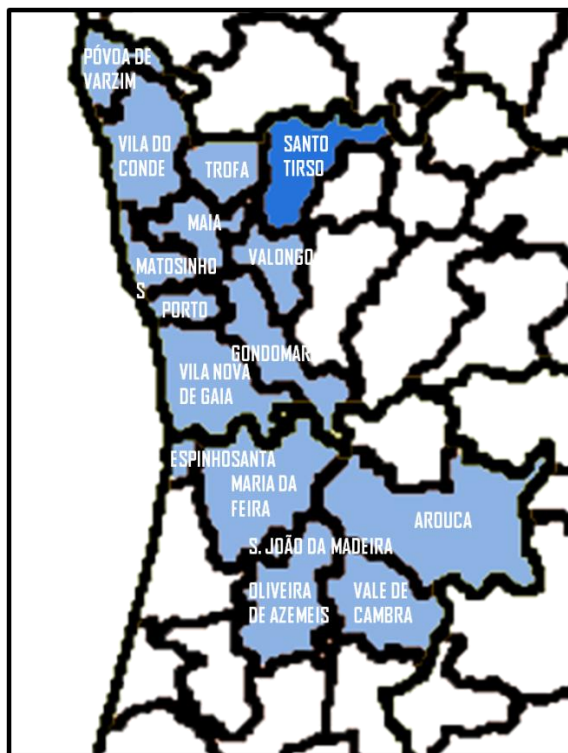
- *Sobre a Fundação de Santo Thyrsó* [em linha]. Disponível em WWW: <URL:http://www.tectirso.com/in dex.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=75>. [Consult. 03Dez.2012].

Anexos

Anexo 01 – Lista de siglas e acrónimos

AD – Aliança Democrática
AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave
AMP – Área Metropolitana do Porto
ARTAVE – Escola Profissional Artística do Vale do Ave
CEU – Conselho Europeu de Urbanistas
CDS-PP – Partido Popular
CMST – Câmara Municipal de Santo Tirso
CNE – Comissão Nacional de Eleições
DR – Diário da República
DREN – Direção Regional de Educação do Norte
EFA – Educação e Formação de Adultos
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGP – Instituto Geográfico Português
IMOD – Incubadora de Moda e Design de Santo Tirso
INE – Instituto Nacional de Estatística
MAOTDR - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
NUT - Unidades Territoriais Estatísticas
PDM – Plano Diretor Municipal
PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo
PPD/PSD – Partido Popular Democrata/Partido Social Democrata
PPM – Partido Popular Monárquico
PRU – Parceria para a Regeneração Urbana
PS – Partido Socialista
PUMA – Plano de Urbanização das Margens do Ave
QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional
SIPA – Sistema de Informação do Património Arquitetónico
SIDVA – Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave
UE – União Europeia

Anexo 02 – Concelhos envolventes do concelho de Santo Tirso



Área Metropolitana do Porto



Concelhos limítrofes

Fonte da Base Cartográfica: Informação Geográfica do IGP

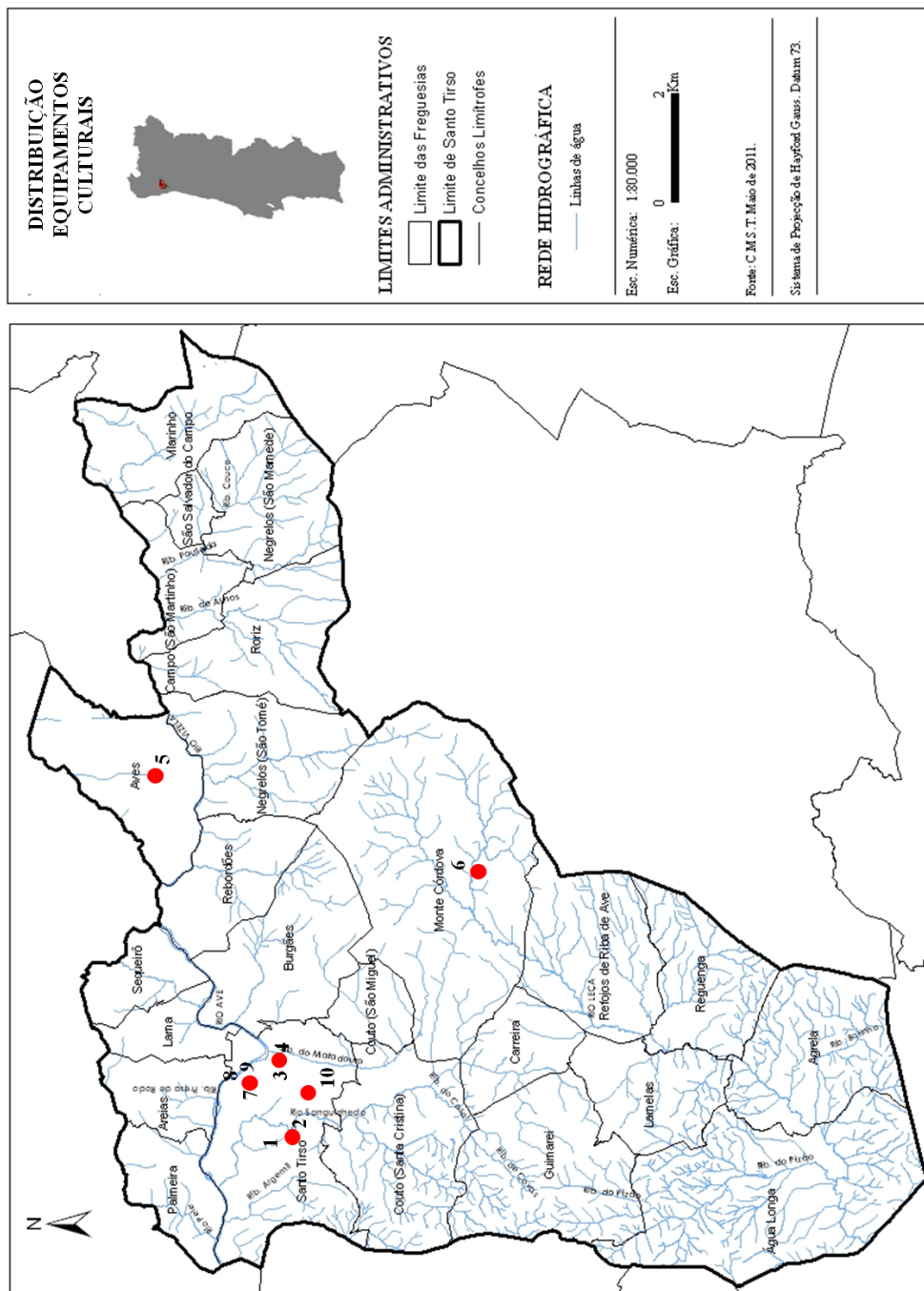
Autoria: Ana Aresta, 2013

Anexo 03 – Concelho de Santo Tirso: enquadramento



Fonte: CMST. *Freguesias* [em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://cm-stirso.pt/pages/111>>. [Consult. 18Abril.2013].

Anexo 04 – Distribuição dos equipamentos culturais na dependência da CMST



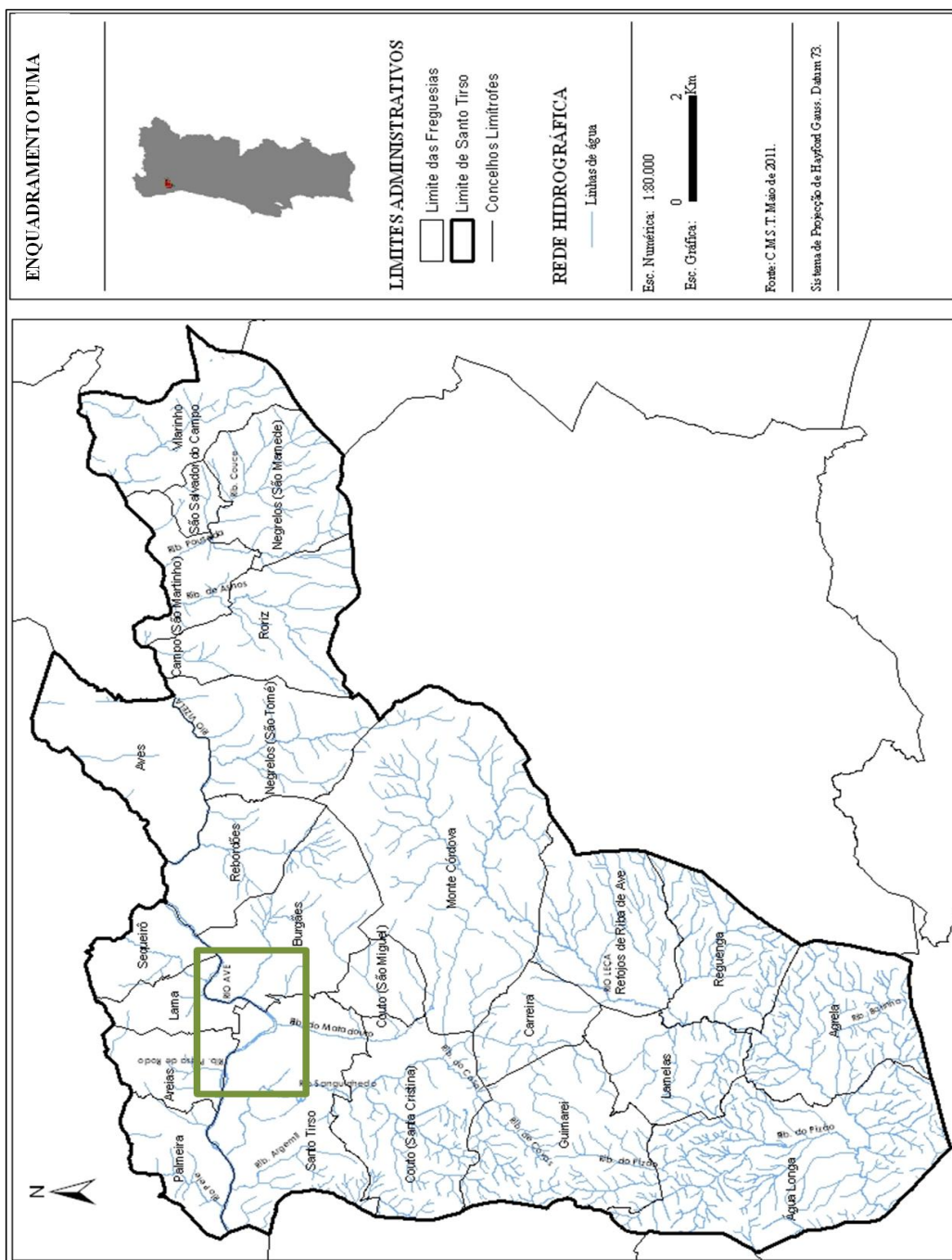
Fonte da Base Cartográfica: CMST
 Autoria: Ana Aresta, 2013

Anexo 05 – Património Classificado

Classificação/Monumento	Freguesia	Documento
Monumento Nacional		
Castro Monte Padrão	Monte Córdova	Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136 de 23 Junho 1910 / ZEP, Portaria n.º 372/2011, DR, 2.ª Série, n.º 35, de 18 de fevereiro de 2011
Citânia de Roriz	Roriz	Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136 de 23 junho 1910
Mosteiro de Santo Tirso / Igreja Matriz de Santo Tirso / Igreja de Santa Maria Madalena / Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento / Museu Municipal Abade Pedrosa	Santo Tirso	Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136 de 23 junho 1910 / Decreto n.º 28/82, DR, 1.ª série, n.º 47 de 26 fevereiro 1982 *1
Mosteiro de São Pedro de Roriz	Roriz	Decreto de 16-06-1910, DG, 1.ª série, n.º 136 de 23 junho 1910
Imóveis de interesse público		
Casa do Mosteiro	Roriz	Decreto n.º 28/82, DR, 1.ª série, n.º 47 de 26 fevereiro 1982
Casa e Quinta de Dinis de Baixo	Santo Tirso	Decreto n.º 45/93, DR, 1.ª série-B, n.º 280 de 30 de novembro 1993
Casa e Quinta de Dinis de Cima	Santa Cristina do Couto	Decreto n.º 1/86, DR, 1.ª série, n.º 2 de 03 janeiro 1986
Castro de Santa Margarida	São Tomé de Negrelos	Decreto n.º 29/90, DR, 1.ª série, n.º 163, de 17 julho 1990
Edifício da Serra Hidráulica de Pereiras	Monte Córdova	Decreto n.º 26-A/92, DR, 1.ª série-B, n.º 126 de 01 junho 1992
Igreja de São Tomé de Negrelos e Loggia Quinhentista	São Tomé de Negrelos	Decreto n.º 33 587, DG, 1.ª série, n.º 63 de 27 março 1944 (Loggia e capela lateral)
Igreja de Santa Maria de Negrelos	Roriz	Decreto n.º 41 191, DG, 1.ª série, n.º 162 de 18 julho 1957 (pinturas murais)
Mosteiro de Vilarinho	Vilarinho	Decreto n.º 39 175, DG, 1.ª série, n.º 77 de 17 abril 1953

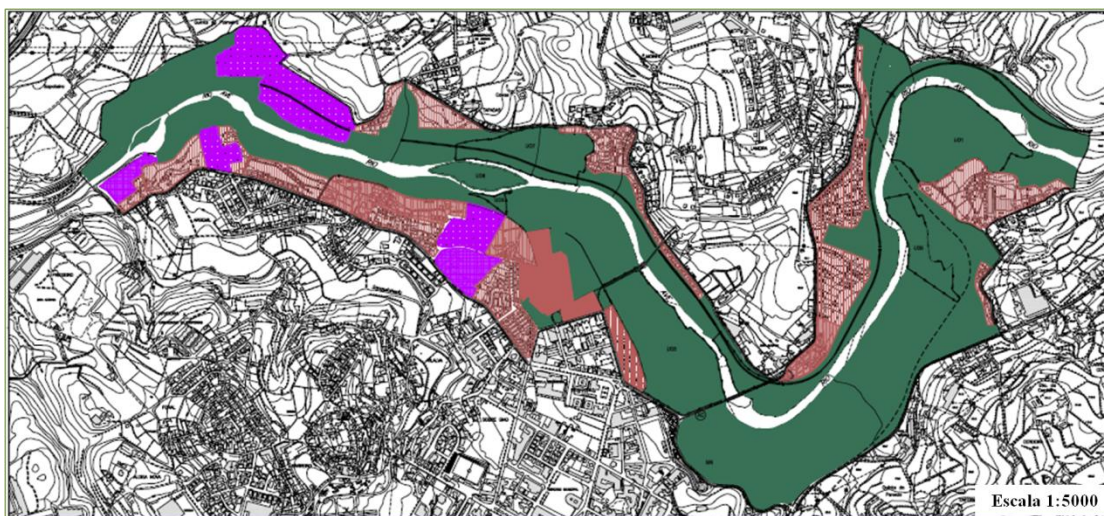
Fonte para elaboração da tabela: SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico
 Autoria: Ana Aresta, 2013

Anexo 06 – Área abrangida pelo Plano de Urbanização das Margens do Ave



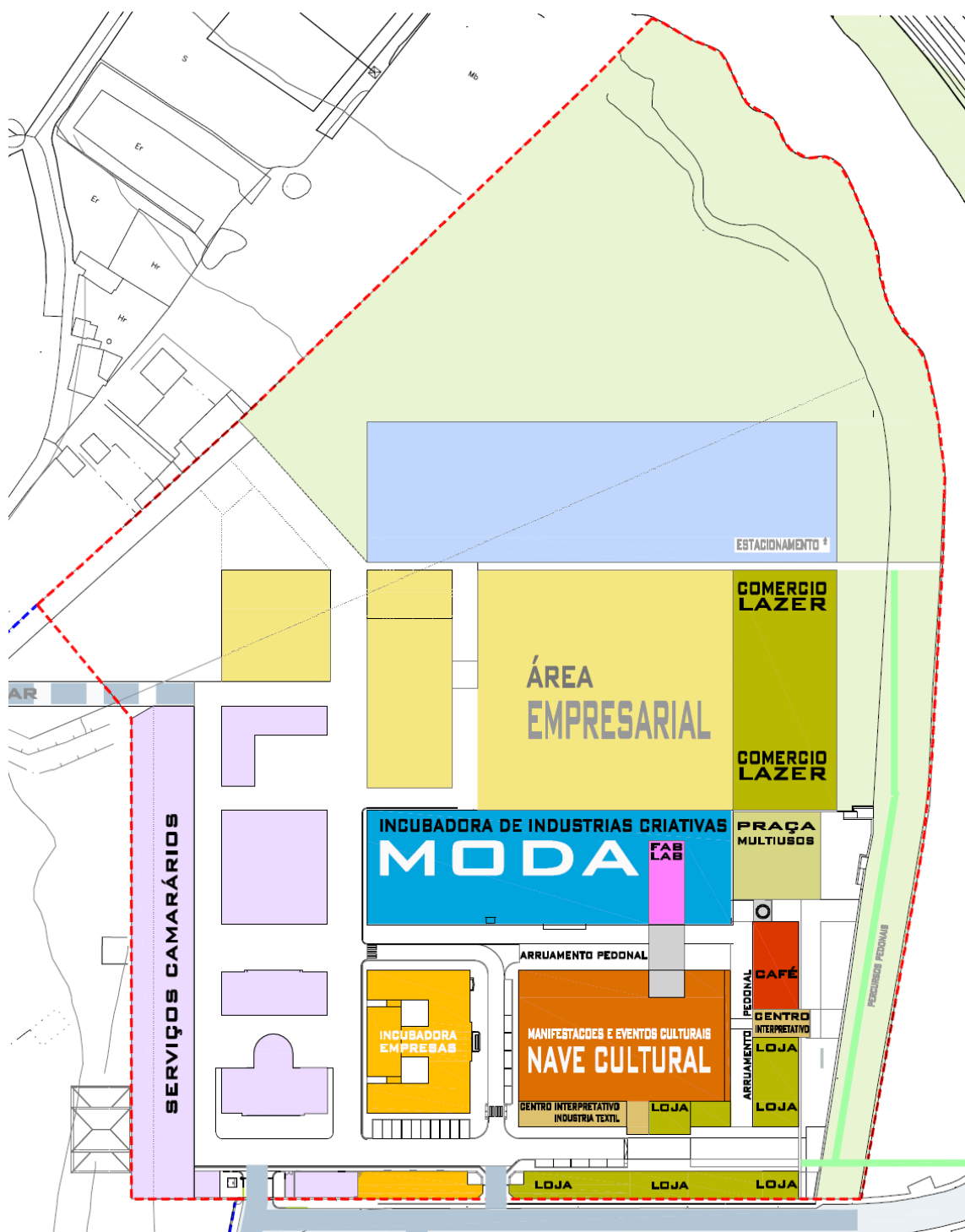
Fonte da Base Cartográfica: CMST
 Autoria: Ana Aresta, 2013

Anexo 07 – PUMA e PRU “Margens do Ave”: implantação



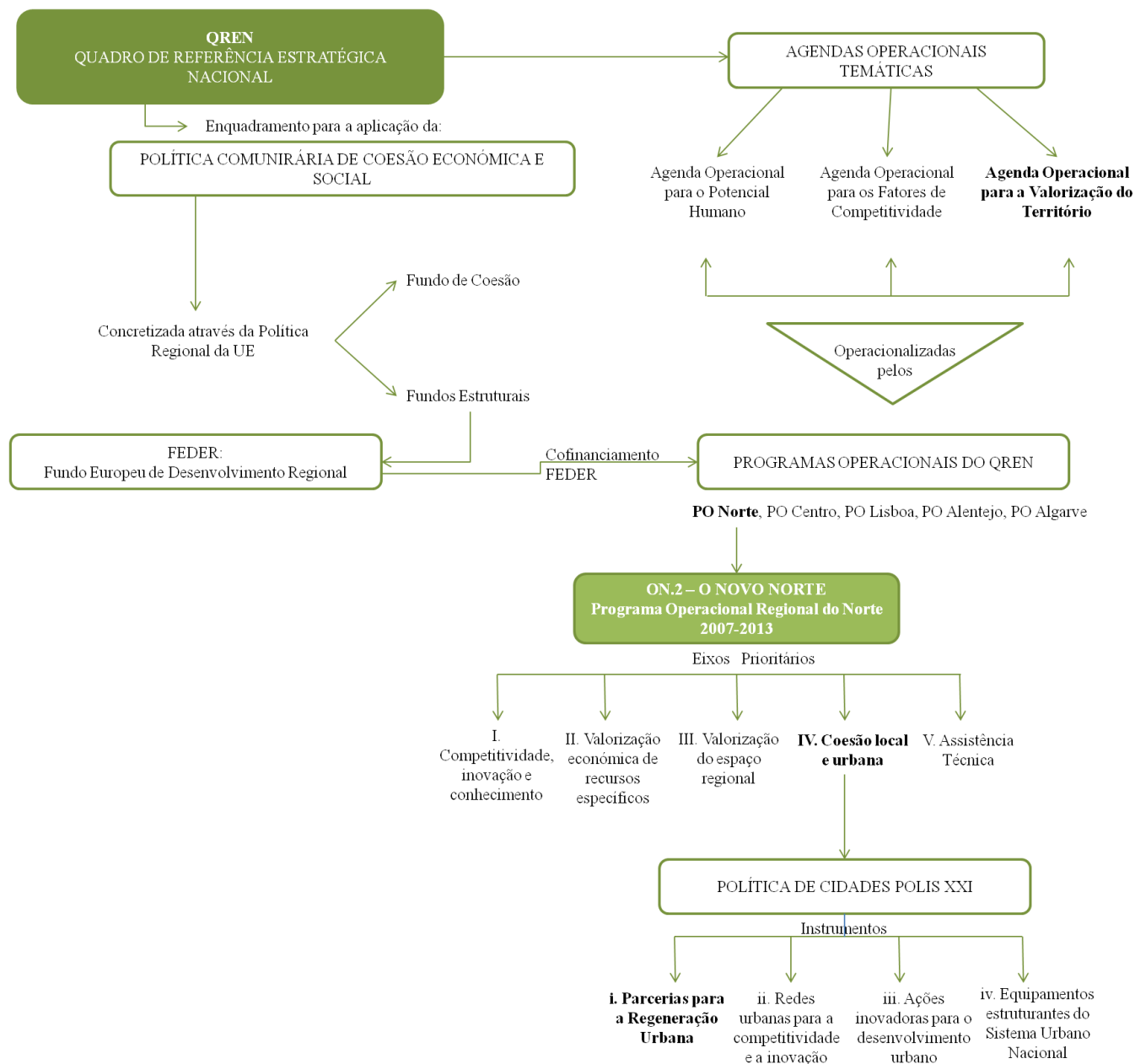
Fonte: CMST 2000; CMST 2010.

Anexo 08 – Reconversão do espaço fabril: novos usos



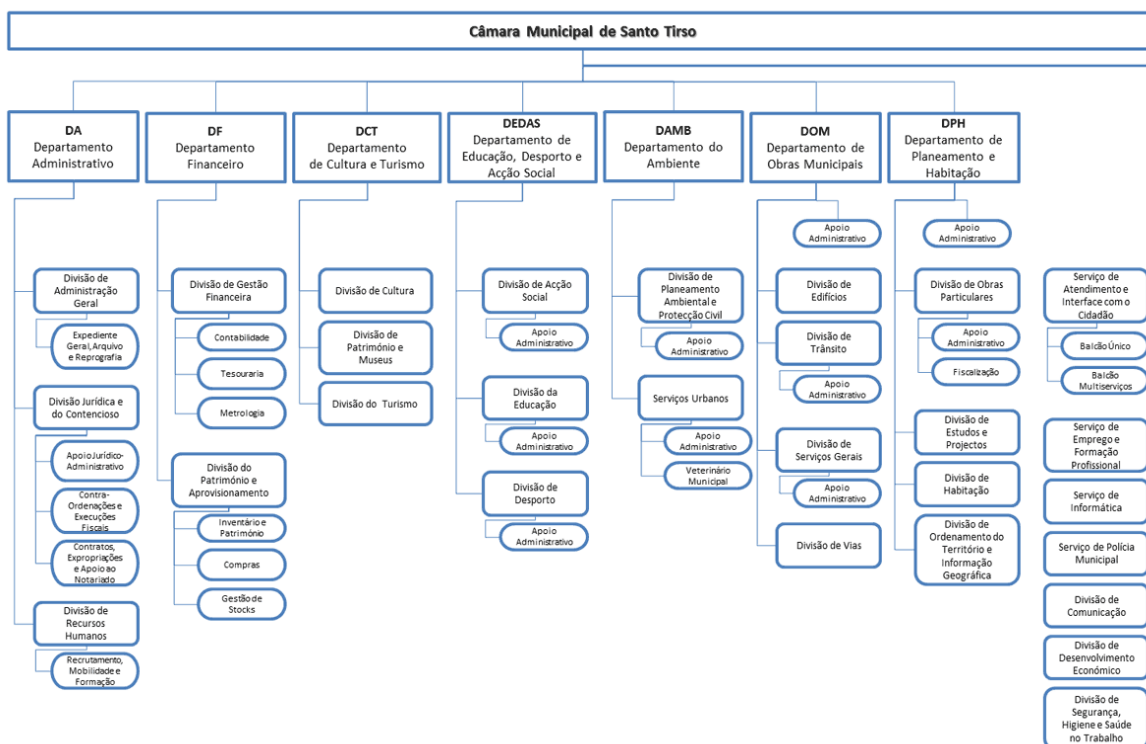
Fonte: CMST 2012

Anexo 09 – Política central e europeia: QREN e Política de Cidades POLIS XXI



Autoria: Ana Aresta, 2013

Anexo 10 – CMST: Organograma



Fonte: CMST. *Organograma* [em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cm-stirso.pt/pages/90>>. [Consult. 12 Jan. 2013].